



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAMETRO

CURSO DE PSICOLOGIA

SARAH GOMES DE SOUSA

**“E SEM O SEU TRABALHO SE MORRE, SE MATA” - PROBLEMATIZAÇÕES
SOBRE TRANSEXUALIDADES E AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO**

FORTALEZA

2021

SARAH GOMES DE SOUSA

“E SEM O SEU TRABALHO SE MORRE, SE MATA” - PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE
TRANSEXUALIDADES E AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO

Monografia apresentada no dia 15 de dezembro de 2021
como requisito para a obtenção do grau de bacharel em
Psicologia do Centro Universitário Unifametro – sob a
orientação da Prof^ª. Lorena Brito da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Me. Lorena Brito da Silva
Orientadora – Psicóloga e professora do Centro Universitário Unifametro

Prof^ª. Me. Olívia Lima Guerreiro de Alencar
Psicóloga e professora do Centro Universitário Unifametro

Prof^º. Me Vinicius Brígido de Abreu
Psicólogo e pesquisador doutorando da Universidade Federal de Minas Gerais

S725s

Sousa, Sarah Gomes de.

“E sem o seu trabalho se morre, se mata” - problematizações sobre transexualidades e as experiências de trabalho. /Sarah Gomes de Sousa.– Fortaleza, 2021.

57f.;30 cm.

Monografia - Curso de Graduação em Psicologia, Unifametro, Fortaleza, 2021.

Orientador: Profª. Ma. Lorena Brito da Silva.

1. Transexualidade. 2. Trabalho. 3. Inclusão. I. Título.

CDD 150

Á todas as trabalhadoras e trabalhadores trans,
por toda luta e presença intensa, com o desejo de
que TRANSformem-se os espaços e haja vida
com abundância a todas(os).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela sabedoria concedida ao longo do meu percurso acadêmico e pessoal ao longo dos últimos anos, isso possibilitou a minha chegada até este momento.

A minha mãe por estar ao meu lado e enxergar com respeito os diferentes contrastes entre nós, por todas as palavras de incentivo e todas as vezes que deu o que tinha para que eu ficasse um pouco mais próxima dos meus sonhos.

Ao meu pai, pelo suporte e compreensão nos últimos anos e por valorizar a minha educação desde sempre.

A minha avó, Iva Jucá, pelo sustento de nossa família em seu seio, por nos ensinar desde cedo que a vida é dura para quem é mole. Embora não esteja em condições de contemplar a alegria deste momento, sinto profundamente em meu coração que sem a sua força eu não seria quem eu sou hoje.

A Tia Dadida, por ser a minha segunda mãe, por se interessar por aquilo que é importante para mim, pelo seu amparo desde a minha infância junto ao Tio Jurandir que nos deixou neste difícil ano, mas que ainda assim presenteou-me com o anel de formatura, símbolo do orgulho que sentem, e é recíproco.

A Tia Telinha, por ser uma inspiração, a primeira mulher a alcançar uma graduação na família, com todo seu esforço e zelo pela sua liberdade, valores que ainda hoje carrego comigo.

Aos professores que passaram pela minha trajetória desde o período escolar, que me incentivaram a conhecer os Direitos Humanos e lutar por eles.

As políticas públicas que favorecem o acesso à educação, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), por meio do qual eu pude sonhar e finalmente cursar Psicologia.

A professora Lorena Brito, por contribuir com a minha paixão pela Psicologia Social através de suas aulas e por acreditar que esta pesquisa é possível, mesmo com as adversidades no percurso.

Aos interlocutores da pesquisa, por compartilhar voluntariamente suas histórias e acreditar no objetivo deste estudo, pelo acolhimento que me fizeram sentir ao longo dos nossos contatos.

A LAEGES, Liga Acadêmica de Estudos em Gênero e Sexualidade, que me permitiu dividir conhecimentos com o grupo e proveu recursos teóricos para a construção deste trabalho.

Ao meu companheiro, Theo, por existir e provocar intensas revoluções em mim, pelas longas conversas que serviram de inspiração para o presente estudo e para transformar minhas percepções.

A minha alma gêmea/amiga, Anagela, por sonhar comigo o sonho da Psicologia que já tanto se modificou, mas permanecemos desde a infância nos refazendo e apostando todas as fichas nele, pela paciência na ausência das minhas respostas e por estar presente na minha história.

A Tereza, a primeira pessoa a confiar em mim no curso, pelas vezes que precisou suprir a minha falta, sem julgar, e por vencer a barreira da minha timidez e formar uma amizade à nossa maneira.

A Bárbara, pelo entusiasmo e parceria ao longo dos últimos semestres, por acreditar mesmo quando a situação está difícil e por numerar as páginas do meu projeto de pesquisa quando eu só conseguia chorar.

A Nayana, por toda dedicação em acreditar e fazer dar certo nossos objetivos, por não deixar eu desistir, mas também amparar quando foi preciso abrir mão, por compartilhar comigo as aflições, as doenças, as risadas e os caminhos que nos trouxeram a reta final.

A Fran, pela paciência de me ouvir e por me emprestar sua casa como escritório para que eu pudesse escrever.

As minhas gatas, Liz, Ali Kemal e Bolufas, por me fazerem companhia durante as horas de estudo, e por me mostrarem que descansar também é preciso.

Aos familiares e amigos que ao longo da minha história que me incentivaram e acreditaram em mim, mesmo quando eu não acreditava e têm me ajudado nos momentos de crise.

Ao ônibus Pitaguary, por literalmente me transportar de uma cidade a outra e por ter me feito perceber quantas coisas bacanas cabem em um caminho, mais do que cabe no próprio destino.

Por fim, agradeço ao caminho, por cada degrau, cada curva, cada parada e mudanças de rotas, tudo isso me modificou o suficiente para que eu me posicionasse frente a conclusão desta etapa confiando que fiz o melhor que pude.

O homem se humilha

Se castram seus sonhos

Seu sonho é sua vida

E vida é trabalho

E sem o seu trabalho

Um homem não tem honra

E sem a sua honra

Se morre, se mata

(Gonzaguinha)

RESUMO

Tendo em vista que a vivência de uma pessoa trans é atravessada por registros sociais, geográficos e econômicos, que podem ser decisivos para a garantia de acesso aos seus direitos, pesquisa-se sobre a relação entre as transexualidades e o acesso, ou a falta dele, ao trabalho e quais implicações particulares e coletivas surgem dessa relação, a fim de analisar como se dão experiências de trabalho para pessoas trans a partir dos processos de inclusão/exclusão. Para tanto, descreve-se experiências de trabalho de pessoas trans no cenário de Fortaleza/CE, para compreender os processos de inclusão e/ou exclusão no trabalho e os atravessamentos nos modos de vida das pessoas trans e apontar estratégias e expectativas concebidas pelas pessoas trans em suas vivências relacionadas ao trabalho. Realiza-se, então, uma pesquisa de abordagem qualitativa através do método de pesquisa de campo, valendo-se de entrevistas como procedimento para coleta de dados. Diante disso, verifica-se que existem diversos atravessamentos anteriores e exteriores ao acesso ao trabalho que o possibilitam ou não às pessoas trans, o que impõe a constatação de levar o debate sobre a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho no processo de formação de profissionais de psicologia, pois estes têm de identificar padrões excludentes no dia a dia de sua atuação nos espaços institucionais e buscar contribuir para a acolhida, desenvolvimento e permanência das pessoas trans no trabalho.

Palavras-chave: Transexualidades. Trabalho. Inclusão. Reconhecimento. Cidadania.

ABSTRACT

Considering that the experience of a trans person is crossed by social, geographic and economic records, which can be decisive for guaranteeing access to their rights, research is carried out on the relationship between transsexualities and access, or the lack of it, to work and what particular and collective implications arise from this relationship, in order to analyze how work experiences occur for trans people from the processes of inclusion/exclusion. Therefore, it is necessary to describe the work experiences of trans people in the Fortaleza/CE scenario, understand the processes of inclusion and/or exclusion at work and the crossings in the ways of life of trans people and point out strategies and expectations conceived by trans people in their work-related experiences. Then, a qualitative approach research is carried out using the field research method, using interviews as a procedure for data collection. Therefore, it appears that there are several previous and external crossings to access to work that make it possible or not for trans people, which imposes the finding of taking the debate on the inclusion of trans people in the labor market in the process of training Psychology professionals, as they have to identify excluding patterns in their daily work in institutional spaces and seek to contribute to the reception, development and permanence of trans people at work.

Key words: Transsexualities. Work. Inclusion. Recognition. Citizenship.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos participantes.....	13
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
AD	Análise do discurso
CLT	Consolidação das leis do trabalho
CPF	Cadastro de Pessoa Física
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 NOTAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, PROSTITUIÇÃO E PROFISSÃO: QUAL A RELAÇÃO NA EXPERIÊNCIA TRANS/TRAVESTI?	18
3 METODOLOGIA	22
3.1 Tipo de pesquisa	22
3.2 Procedimento metodológico e análise dos dados	22
3.3 Critérios éticos	25
4 TECENDO LEITURAS, ESCUTAS, REGISTROS E ANÁLISES	29
4.1 O significado do trabalho	29
4.2 Retificação de documentos e reconhecimento da cidadania	32
4.2.1 O conceito de enquadramento de Butler e o reconhecimento da cidadania trans	
4.2.2 “Desenunciação” dos corpos trans	37
4.3 O fator passabilidade	38
4.4 Redes de apoio	43
4.5 A responsabilização individual	47
4.6 Expectativas para o futuro de trabalhadores trans	49
4.7 Reflexões acerca do percurso	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	61

1. INTRODUÇÃO

Transexualidade é um termo abrangente utilizado para caracterizar identidades de gênero de indivíduos que não se reconhecem socialmente com o gênero atribuído no nascimento, atribuição essa que se dá a partir de marcadores biológicos como cromossomos, variações hormonais, órgãos reprodutores e genitálias. Porém a transexualidade, por se tratar de uma categoria de identidades de gênero, leva em conta, para além da noção de sexo biológico, os fatores sociais e culturais que a partir da sua relação favorecem esse reconhecimento da identidade, transexual ou cissexual (JESUS, 2012).

Bento (2012) afirma que considera como homens trans aqueles que nascem e são compulsoriamente identificados como mulheres e que reclamam o reconhecimento social ao gênero masculino e como mulheres trans aquelas que nascem e são compulsoriamente identificados como homens e que demandam o reconhecimento social ao gênero feminino, portanto a cirurgia de transgenitalização e outros procedimentos tanto cirúrgicos como estéticos que provocam transformações no corpo, não se caracterizam como um registro exato das identidades trans. Ainda de acordo com a autora, não há somente uma identidade trans, encontram-se “posições de identidade organizadas através de [...] movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem/mulher” (BENTO, 2012, p.2663).

Cissexuais são aqueles sujeitos que se reconhecem com o gênero atribuído no nascimento. Ambas definições (cis e trans) são atravessadas pela concepção binária de gênero, onde se compreende os papéis de gênero a partir de feminino/masculino e homem/mulher. O binarismo aponta para um modelo historicamente construído onde há uma dualidade estática entre os sexos feminino e masculino (JESUS, 2012). De modo geral, quem nasce com pênis é criado para se reconhecer e expressar-se enquanto homem, enquanto quem nasce com vagina é criado para expressar-se enquanto mulher, no entanto aqueles que não atenderem as expressões de gênero correspondentes são considerados à margem dessa ordem cisnormativa.

A demarcação do que é cisgênero/cissexual é tão importante quanto a demarcação do que é transgênero/transexual, pois para delimitar aquilo que transpõe normas de gênero, supõe-se que existe uma categoria que não se pode ser transposta, ou seja, algo que não é “trans”. A cisgeneridade surge antes com seu poder categorizador, e ela mesma concebe a

rotulação “trans” tal como convém. É necessário delimitar também a cisgeneridade, a fim de compreender de onde partem os discursos, estudos e movimentações acerca das identidades de gênero (RODOVALHO, 2017).

Deve-se ressaltar que ocorre no senso comum uma sintetização entre identidade de gênero e orientação sexual. O gênero, como apresentado acima, está relacionado às formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher, de forma total ou parcial. Já a orientação sexual diz respeito à condição de se atrair afetivo ou sexualmente por alguém, independente do gênero. Salienta-se que “uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual” (JESUS, 2012, p. 12). De mesmo modo, não se pode pensar que toda pessoa é naturalmente cisgênero.

Homens e mulheres trans ou cis, pessoas trans não binárias, podem ter relações afetivo sexuais homossexuais, bissexuais, assexuais, heterossexuais, dentre outras. Considerar que um homem gay seja mulher, por se relacionar afetivamente com outros homens, é um exemplo de confusão na leitura dessas categorias. Um homem gay, cis ou trans, permanece sendo um homem independente de sua orientação sexual.

As pessoas transgêneras e transexuais (trans) podem ou não sentir a necessidade de realizar transformações corporais através de terapia hormonal ou intervenções cirúrgicas, além disso, podem fluir entre os gêneros binários (feminino/masculino) ou nenhum (JESUS, 2012). Existem diversas possibilidades de expressão e vivência das identidades de gênero e devem ser lidas com base na autodeterminação de cada pessoa, evitando generalizações.

Entretanto é importante ressaltar que a autodeterminação de gênero não deve ser redutora da experiência trans, pois pode se apresentar como um mecanismo cissexual para responsabilizar individualmente as experiências de exclusão. Quando se fala de identidades de gênero trans, falamos em autodeterminação, porém é preciso ampliar o olhar para o acesso aos direitos e políticas públicas que em maior parte não consideram a autodeterminação ou delimitam os acessos a partir da binariedade, criando mais rupturas do que favorecendo o reconhecimento dessas identidades.

Considera-se que não seja viável ouvir todas as pessoas trans de todas as culturas, idades, localidades, mas o fato é que existem transexualidades, bem como existe a cisgeneridade, esta última no singular, tal como se propõe em sua suposta totalidade, enquanto

as transexualidades, no plural, são lidas como complexas, passíveis de acompanhamento médico e estudos, por exemplo.

Historicamente, pessoas transexuais são alvo de diversas exclusões e vulnerabilidades geradas pelo preconceito baseado em uma lógica cis-normativa dominante na sociedade. Pode-se utilizar o termo transfobia para se referir às discriminações enfrentadas pelas pessoas trans, cotidianamente (JESUS, 2012). A Agência Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), publica anualmente dossiês com levantamento de dados a respeito das violências e violações de direitos humanos contra pessoas trans, além disso apresenta pesquisas realizadas no Brasil que objetivam contribuir para a conquista de direitos trans. Dentre as pesquisas mencionadas no Dossiê dos Assassinatos e da violência contra pessoas Trans em 2020, destaca-se a de Antunes (2013) na qual se afirma que no Brasil a expectativa de vida de uma pessoa transexual é de apenas 35 anos. São inúmeros os processos de invisibilização e punição dos corpos trans que podem explicar a baixa expectativa de vida, esses processos se dão no ambiente escolar, na família, na comunidade, no mercado de trabalho, dentre outros, e podem determinar o curso da existência das pessoas.

O mercado de trabalho formal exige uma série de condições para que o indivíduo seja inserido, tais como o nível de escolaridade. No entanto, ainda de acordo com o Dossiê de 2020 publicado pela ANTRA, a partir de dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae, é apontado que em 2018 apenas 0,02% das pessoas trans estavam na universidade, 72% não possuíam ensino médio e 56% não completaram o ensino fundamental.

É importante salientar que não é possível afirmar que todas as pessoas trans sofrem as mesmas adversidades, porém existem pontos em comum principalmente no que diz respeito à inserção no trabalho (SOUZA *et al.* 2020). A falta de formação escolar e acadêmica somam-se às transfobias atreladas a expressão de gênero das pessoas nos processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento humano nas organizações, o que as deixa à margem da sociedade e em muitos casos sem acesso a recursos básicos para subsistência.

Além do fator econômico, é importante ressaltar o papel do trabalho no processo de construção da identidade do sujeito e no fortalecimento de sua autoestima, afetando diretamente suas relações, bem como sua qualidade de vida, conforme Souza *et al.* (2020, p. 185) “o trabalho é um elemento essencial nos processos de subjetivação e inserção social na contemporaneidade”. E de acordo com psicossocióloga do trabalho Dominique Lhuilier

(2013, p. 485) “o pertencimento a um coletivo de trabalho solicita a elaboração de uma maneira de ser e de fazer com os outros, na diferença, a fim de poder ser reconhecido”.

Alguns marcadores foram impulsionadores para a realização deste estudo, a saber acompanhar o VII Seminário de Psicologia do Centro Universitário Unifametro, que no dia 08 de Outubro de 2020 promoveu um debate acerca da Diversidade Sexual e de Gênero no Mundo do Trabalho, despertando o interesse em aprofundar essa conexão. Ocorreu também a participação em uma Liga de Estudos sobre Gênero e Sexualidade, onde tornou-se possível perceber a multiplicidade de sentidos produzidos acerca de identidades de gênero. Enquanto pesquisadora, mulher cisgênera, bissexual, atenta-se ao cuidado de construir conhecimento acadêmico relacionado as experiências das pessoas a partir delas mesmas.

Outrossim, por causa da sensibilização acerca do acesso aos Direitos Humanos para populações marginalizadas, surge o interesse em pesquisar a relação entre as transexualidades e o acesso, ou a falta dele, ao trabalho e quais implicações particulares e coletivas surgem dessa relação.

Diante do exposto, este estudo teve como objetivo geral: analisar como se dão experiências de trabalho para pessoas trans a partir dos processos de inclusão/exclusão; E como objetivos específicos: Descrever experiências de trabalho de pessoas trans no cenário de Fortaleza/CE; Compreender os processos de inclusão e/ou exclusão no trabalho e os atravessamentos nos modos de vida das pessoas trans; Apontar estratégias e expectativas concebidas pelas pessoas trans em suas vivências relacionadas ao trabalho.

Para atender aos objetivos expostos acima, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, através do método de pesquisa de campo. Para coletar os dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pessoas transexuais que trabalham e/ou são residentes na cidade de Fortaleza-CE e que atualmente são ou já foram empregados. Posteriormente os dados foram analisados a partir do método de análise do discurso (AD).

O estudo estrutura-se da seguinte forma: a seguir discorre-se acerca da relação, e as confusões, entre gênero, sexualidade, prostituição e profissão a partir de um recorte em Fortaleza/CE, em seguida detalham-se os métodos utilizados para a realização da pesquisa, logo depois expõe-se a partir das bases teóricas os resultados e discussões construídos a partir dos dados coletados, e por fim apresentam-se as análises alcançadas com o estudo possibilitadas pela trajetória da pesquisa.

2. NOTAS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE, PROSTITUIÇÃO E PROFISSÃO: QUAL A RELAÇÃO NA EXPERIÊNCIA TRANS/TRAVESTI?

O estado do Ceará é considerado um dos mais violentos contra travestis e transexuais, de acordo com o Boletim Parcial 02/2021 da ANTRA: São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, são os estados com o maior número de assassinatos no primeiro semestre de 2021, e conforme o Dossiê de 2020, desde 2017 o Ceará está entre os 5 estados brasileiros que mais matam pessoas trans.

Muitos são os casos que, infelizmente, foram noticiados nacionalmente por conta das características brutais de crimes de ódio. Dentre eles, destaca-se o cometido contra Dandara Ketlyn, travesti que foi espancada e assassinada a tiros a luz do dia em Fortaleza/CE em 2017, e neste ano de 2021 o assassinato de uma adolescente trans de 13 anos no interior do estado. As violências letais são subnotificadas, pois ainda não ocorre a devida identificação de crimes ligados à LGBTIfobia no estado, possivelmente pela dificuldade do reconhecimento da cidadania das vítimas tal como são. Além dos assassinatos ocorrem outras violações de direitos e até mesmo a incidência de casos de suicídio entre a população trans (ANTRA, 2021).

Todavia, ainda se difundem discursos transfóbicos inclusive em canal aberto na televisão. No dia 2 de setembro de 2020 foi publicada uma matéria em programa televisivo considerado de grande audiência em uma emissora local, a notícia em formato de vídeo foi postada no Youtube, com o seguinte título: “EXCLUSIVO: travestis com medo da morte revelam o perigo da profissão”, com duração de 05:45, na última visualização do vídeo para construção deste estudo (13/10/2021) o mesmo contava com 24.604 visualizações, 108 comentários, 551 marcações como “Gostei” e 23 marcações como “Não gostei”.

A reportagem se propõe a apresentar a reação das travestis aos frequentes casos de assassinatos em Fortaleza/CE em 2020, o que resultou na paralisação de pontos de prostituição em uma avenida de importante fluxo. O vídeo se inicia com dois apresentadores que introduzem a notícia, ressaltando o grande número de assassinatos no Ceará, mas se referindo às travestis como “os travestis” ou “os trans”. Em seguida, o repórter, que é conhecido pelo público pelo tom caricaturesco que adota em suas reportagens, aparece entrevistando uma travesti que não é identificada e nem tem seu rosto revelado. A composição

visual da reportagem apresenta cenas das travestis em pontos de prostituição, carros de polícia e imagens das vítimas mais recentes, estas são as únicas que têm os rostos expostos.

O repórter realiza uma série de perguntas, como “Como é que você vê a situação dos travestis que estão sendo mortos?”, “Os travestis pararam a Francisco Sá [avenida] por causa da morte de uma travesti no centro da cidade. Vocês ficam muito apavoradas né?”. A travesti responde “Fico muito triste com minhas irmãs morrendo, e também tenho medo de morrer por que boto minha vida em risco todo dia vindo para cá, e com esse fato aumentando, todo dia morrendo uma, dá medo de vir para cá [...] só tenho 19 anos, não vivi quase nada da minha vida e morrer por nada, por besteira, por homofobia, por transfobia”. Ao ouvir as respostas da entrevistada, o repórter indaga: “Você sente que é homofobia o que tá acontecendo?”.

Em caminho para a conclusão da entrevista, o repórter pergunta: “O que você daria como ideia para os travestis ficarem mais juntos ou não ficarem tão separados nos pontos?”, ao que a travesti responde: “para a gente se unir fazer nossos pontos na moral, que a gente ficasse comportadinha na nossa e que Deus proteja a gente nessa caminhada.” O repórter enfatiza ao final: “eles, eles, eles acham que tem homofobia nessa história toda” e repassa a palavra aos apresentadores.

Por fim, os apresentadores encerram a matéria deixando claro que o programa não diferencia a violência contra as travestis de qualquer outro tipo de violência noticiado, pois a reportagem supostamente apontaria para uma parcela pequena da população, se abstendo totalmente da discussão acerca da transfobia intensificada no estado.

Um programa que lucra através da exposição exacerbada da violência urbana não deseja vincular sua imagem a da luta pelas vidas travestis, por que será? Se Butler (2015) afirma que há vidas que não são passíveis de luto, pois não são reconhecidas, haveria neste caso uma incongruência, pois se para um dos principais veículos de notícias do estado não há motivos para especificar o extermínio das travestis na capital, quanto se ganha com a perpetuação desses crimes de ódio?

“Há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, "há uma vida que nunca terá sido vivida", que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida” (BUTLER, 2015, p.31). Considera-se que em relação à população trans, a ausência de elementos essenciais à vida e a dignidade, as expõe a violência, perecimento, e a tendência ao esquecimento, sem inclusive ter sua morte velada adequadamente, quando por exemplo, noticiam assassinatos de pessoas trans sem

respeitar a identidade de gênero ou nome social, e as tentativas de criminalização das vítimas, com o intuito de justificar a anulação de sua vida. Sem o direito à vida e por consequência sem direito também ao luto, pode-se considerar esses sujeitos conforme Butler, como aqueles onde existe algo que vive, mas não é reconhecido com tal.

O conteúdo do vídeo é problemático em diversos aspectos, no entanto, a fim de atender a proposta do presente estudo será dado enfoque a reprodução do estigma das travestilidades e transexualidades associadas exclusivamente ao trabalho sexual e a vulnerabilidade social, que repercute no próprio título da matéria: “EXCLUSIVO: travestis com medo da morte revelam o perigo da profissão”, não havendo diferenciação ao longo da reportagem entre identidade de gênero, orientação sexual e prostituição. Entretanto, apesar de a prostituição ser reconhecida como profissão no Brasil desde 2002, a realidade da não regulamentação expõe a condição patriarcal e opressora do trabalho sexual, que ocorre na maioria dos casos na forma de exploração sexual de pessoas em situação de vulnerabilidade através das casas de prostituição e bordéis.

Isto significa que, de acordo com o título e conteúdo da matéria, a prostituição esta para a identidade travesti tanto quanto ambas estão para o risco de vida. Então identificam-se duas categorias que não são devidamente reconhecidas em nossa sociedade, apesar de existirem e causarem embaraços àqueles que se mostram céticos sobre as tipicidades da violência enquanto lucram tanto com uma quanto com outra. Logo, travestis e prostitutas, não devem existir como uma nem outra, contudo, quando seus sangues escorrem pelas ruas alimentam matérias de televisão e interações nas redes sociais.

Pelúcio (2005) em seu estudo acerca da vivência das travestis que trabalham nas ruas de São Paulo, levanta importante reflexão sobre as significâncias construídas na rua que compõem a identidade das travestis, como a linguagem e os territórios estabelecidos, as relações complexas entre negócios e afetos, e o uso da imagem corporal entre os movimentos de masculinidade e feminilidade que compõem a travestilidade, para além do binarismo de gênero. Acerca da relação entre as travestis e a prostituição, a autora pontua:

A prostituição é entendida de diversas formas pelas travestis: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. Essas não são posições estanques e definitivas, mas pontos de vista e percepções que se entrecruzam e dialogam (PELÚCIO, 2005, p. 223).

É um erro relacionar diretamente as travestis a prostituição, pois a própria travestilidade é composta por movimentos de identidades, ““Ser travestis” é um processo, nunca se encerra.” (PELÚCIO, 2005, p. 224), em contrapartida, a prostituição é um espaço de relações complexas de existência e sobrevivência, muitas vezes é o único local onde as travestis têm sua expressão de gênero validada, com muitas ressalvas, pois quanto mais atender aos padrões estéticos de beleza e feminilidade mais favorecidas serão nesse meio. Normalmente o investimento nesse corpo permite o acesso a outros públicos e locais, ou seja, pode-se dizer que as travestis que estão nas ruas têm em comum “o sonho de ascensão social que, para muitas, está associado à possibilidade de serem tratadas com menos preconceito” (PELÚCIO, 2005, p.246).

A autora em suas reflexões finais busca desmistificar a ideia de que as travestis e a noite são ameaçadoras, pois na verdade o maior risco para elas é a luz do dia quando através do escárnio e preconceito velado, elas são empurradas para a violência e morte (PELÚCIO, 2005).

A problematização acima diz respeito ao presente estudo ao passo que é preciso compreender os motivos pelos quais a imagem dos corpos trans é associada diretamente ao trabalho sexual, tomando-o como único meio possível de subsistência. A questão não é a condição do trabalho sexual por si só, mas o caminho que leva pessoas trans as ruas, a exploração, a violência e a exclusão, muitas vezes pela falta de oportunidades de trabalho em outros contextos, consequência das expulsões de casa e da família, do acesso insuficiente à escola e profissionalização, ou seja, um complexo e árduo processo de exclusão nas principais instituições que estruturam a sociedade, resultando na marginalização desses corpos.

O que, então, alimenta esse estigma da prostituição relacionada a experiência trans? Quais outros lugares permitem ou negam suas presenças? E quais condições são dadas para a inserção no trabalho?

Não é objetivo deste estudo a prostituição, mas partindo desta discussão, convida-se os leitores a deslocar o olhar para o percurso percorrido por pessoas trans para se colocarem no mercado de trabalho. O que dentro de uma lógica capitalista e patriarcal impede, quais estratégias são adotadas e o que impulsiona o movimento da vida trans por meio do trabalho.

3 METODOLOGIA

A seguir serão descritos os métodos utilizados para a execução da pesquisa.

3.1 Tipo de pesquisa

Utilizou-se abordagem qualitativa através do método de pesquisa de campo, valendo-se de entrevistas como procedimento para coleta de dados focada na investigação de possíveis padrões e hipóteses (LAKATOS e MARCONI, 2003) acerca da percepção de pessoas trans sobre os processos de inclusão e exclusão no trabalho.

3.2 Procedimento metodológico e análise dos dados

A pesquisa foi realizada a partir de relatos de pessoas que se afirmam transexuais que trabalham e/ou são residentes na cidade de Fortaleza-CE e que atualmente são ou já foram empregados. Não foram incluídos trabalhadores informais, pessoas com menos de dezoito anos de idade, voluntários ou estagiários não remunerados. Também não foram incluídas aquelas pessoas que ainda não tiveram experiências profissionais.

A aproximação com o público participante ocorreu a partir da amostragem do tipo bola de neve, que conforme Vinuto (2014) realiza-se a partir da localização inicial por parte do pesquisador de uma ou mais pessoas com o perfil desejado para a pesquisa, solicitou-se que essas pessoas indiquem novos contatos que também se aplicassem aos critérios de inclusão. Este tipo de amostragem é pertinente para os casos em que uma amostra probabilística inicial não é alcançável (VINUTO, 2014), como é o caso do presente estudo.

Realizaram-se 4 entrevistas ao todo, tendo como participantes 2 homens e 2 mulheres trans, a partir de suas próprias auto afirmações de gênero, com idade entre 24 e 29 anos, que já foram incluídos no mercado de trabalho na cidade de Fortaleza-CE. Não foram considerados como critérios para participação a realização de processos transexualizadores ou retificação de documentos. Contudo, 2 participantes já possuem os documentos retificados para o gênero e nome a qual solicitam reconhecimento, aquele que ainda não possui afirma já

estar se organizando para realizar, e apenas 1 não mencionou. Todos os participantes já iniciaram o processo de hormonização em algum momento. Esses dados são relevantes, conforme percebeu-se uma dimensão preponderante desses dois processos na inserção no trabalho.

Tabela 1: Perfil dos participantes

Participantes	Idade	Gênero ¹	Formação	Função atual
1	24	mulher trans	Ensino médio; Cursando técnico	Atendente de telemarketing
2	29	homem trans	Superior Completo	Atendente de telemarketing
3	25	homem trans	Superior incompleto	Atendente de telemarketing
4	26	mulher trans	Ensino médio	Cozinheira geral

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

A coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas semi-estruturadas individuais, onde identificou-se o perfil e as suas concepções sobre a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho. A entrevista semi-estruturada permitiu utilizar perguntas abertas e melhor adequar o roteiro conforme o andamento da entrevista (LAKATOS e MARCONI, 2003).

As entrevistas buscaram abranger como os participantes percebem o trabalho em suas trajetórias, como avaliam dificuldades ou potencialidades em suas vivências no trabalho e a descrição de situações importantes relacionadas ao trabalho e ao processo de busca por ele. Utilizou-se um roteiro de entrevista, que adequou-se conforme a realização das entrevistas (apêndice A), a partir das respostas identificou-se a necessidade de explorar melhor além das experiências de trabalho, também as perspectivas para o futuro no trabalho e a rede de apoio a qual essas pessoas puderam contar ao longo dos seus processos de inserção no trabalho.

Os contatos para realização dos acordos e agendamento das entrevistas foram realizados pelo aplicativo de mensagens Whastapp, conforme escolha dos participantes, como meio mais viável de comunicação. As entrevistas ocorreram através da modalidade remota, de

¹ Para produção da tabela foram respeitadas as auto afirmações de gênero dos interlocutores.

acordo com as orientações presentes no Ofício Circular nº 1/2021/CONEP. Os participantes receberam o convite (apêndice B) para a participação com link para endereço eletrônico <<https://forms.gle/cqvhCDP24FSQzwYw6>> para acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice C).

Os encontros foram realizados por meio de vídeo chamadas pelo aplicativo Google Meet, possibilitando aos participantes o acesso ao link da chamada por dispositivos móveis a partir do login na conta do Google e acesso a internet. A modalidade remota viabilizou a realização de entrevistas mantendo o isolamento social necessário para reduzir a transmissão da COVID-19, e favoreceu o alcance a pessoas de diferentes locais da cidade de Fortaleza/CE, além de ter ampliado as possibilidades de datas e horários para as entrevistas, conforme disponibilidade dos participantes.

Aos entrevistados foi solicitada autorização para gravação de áudio da entrevista, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a fim de realizar a transcrição da entrevista e viabilizar uma análise mais detalhada dos dados coletados nesta etapa. Para tal, se utilizou a ferramenta “Gravador de voz” exclusiva para este fim, onde o arquivo foi salvo diretamente no disco local do notebook, de forma que nenhum arquivo se manteve em qualquer plataforma virtual ou ambiente compartilhado, conforme itens 3.2 e 3.3 do Ofício Circular nº 1/2021/CONEP, que discorre sobre “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”.

Considerando o item 1.2.1. do Ofício Circular nº 1/2021/CONEP ocorreram dificuldades características do modelo remoto, como lentidão na conexão de internet, porém não comprometeu o andamento das entrevistas e tampouco a confidencialidade das informações e respostas dos participantes.

A partir das entrevistas tornou-se possível analisar a realidade dos sujeitos participantes a partir de seus próprios relatos, tornando-os co-produtores do conhecimento científico e contribuindo para a transformação do discurso vigente. Este ponto merece destaque por ser uma reflexão presente nas entrevistas, o desconforto que algumas pessoas trans podem ter em participar de pesquisas, por muitas vezes, serem tratadas como simples objetos de estudo e o conteúdo acadêmico sobre pessoas trans serem produzidos por pessoas cis, já que o espaço acadêmico torna-se inacessível as pessoas trans em muitos níveis, seja pela pouca ou nenhuma existência de políticas públicas de inclusão, como pela própria

dificuldade de conclusão do ensino médio, um dos participantes afirma que concluir o ensino médio é um privilégio para uma pessoa trans.

Ressaltou-se com os participantes que o conteúdo coletado por meio das entrevistas não foi interpretado ou tornou-se alvo de julgamentos, mas foram analisadas as experiências relatadas da forma mais comprometida possível, de modo que elas tornaram-se o conteúdo estrutural deste estudo.

Para análise dos dados coletados utilizou-se o método de análise do discurso (AD), que permite “compreender o discurso individual e coletivo, histórico e socialmente determinado, evidenciando elementos que permitam redirecionar as práticas” (MACEDO *et al.* 2008, p. 655). A partir disto considera-se não somente o que foi dito em palavras, mas os silêncios, as pausas, o contexto da realização da entrevista, como foram acolhidas ou negligenciadas determinadas perguntas em detrimento de outras, além de relacionar o que foi coletado com os discursos sociais vigentes.

Acerca do método, buscou-se construir as análises conscientes de que a pesquisadora “faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências” (CAREGNATO e MUTTI, 2006), assim sendo, a análise do discurso contribuiu para um estudo de maior potencial qualitativo considerando a essencialidade das experiências.

A realização da pesquisa pode contribuir para a ampliação da discussão acadêmica e profissional sobre identidades de gênero e as relações com o trabalho, desta forma, também pode favorecer a formação de profissionais que reproduzam práticas de cuidado baseadas em uma compreensão crítica dos diferentes aspectos que integram uma vivência trans no Brasil.

3.3 Critérios éticos

Considerou-se para a realização do estudo a condição cisgênera da pesquisadora, portanto destacou-se a primordialidade de uma reflexão sobre a vivência das pessoas trans a partir de suas participações e relatos. Ressaltando que o objeto de estudo são as experiências relacionadas ao trabalho, e não a identidade gênero dos participantes, para isso, buscou-se respeitar as contribuições levantadas nas entrevistas a partir das relações de poder implicadas na relação cis-trans e nos privilégios cis da pesquisadora na condição de graduanda de um curso, por vezes exclusivista, em um centro universitário privado, apresentando para uma

maioria de pessoas cis recortes das experiências trans. Todos esses aspectos apontam para uma pesquisa preocupada com os riscos do atravessamento da experiência cis no olhar e ouvir, mas com a responsabilidade de transmitir uma mensagem ética e mais próxima possível da realidade das pessoas trans com o trabalho.

A pesquisa foi submetida a Plataforma Brasil e transitou no Comitê de Ética do Centro Universitário Unifametro entre Julho e Novembro de 2021, tendo sido aprovada através do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP de nº 5.104.477 no dia 13 de novembro de 2021.

Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) online por meio da ferramenta Google Forms (apêndice C), que necessitou do *login* do participante a uma conta Google.

O termo explicitou o objetivo da pesquisa, a garantia do sigilo das informações pessoais, confidencialidade da participação, a garantia de abster-se a qualquer momento da pesquisa e reforçou a importância de o participante guardar em seus arquivos uma cópia do TCLE, essa cópia foi enviada automaticamente para o e-mail informado a assinatura do termo online, conforme item 2.2.do Ofício Circular nº 1/2021/CONEP.

A identidade dos interlocutores não é declarada no presente texto, deste modo houve a troca dos nomes verdadeiros dos entrevistados por nomes fictícios atribuídos pela pesquisadora. Também foram omitidos determinados trechos da entrevista que podem identificar os entrevistados, como nome da empresa onde trabalham, nome de amigos, bairro onde moram, dentre outros.

Outrossim, foram obedecidas as medidas sanitárias e decretos estaduais em vigência para enfrentamento da pandemia de COVID-19.

4. TECENDO LEITURAS, ESCUTAS, REGISTROS E ANÁLISES

A seguir serão discutidos os resultados levantados na etapa de coleta de dados da pesquisa a partir da revisão bibliográfica realizada. A fim de sistematizar as informações, as discussões foram divididas em 6 tópicos, independente da disposição das perguntas no roteiro de entrevista utilizado, pois identificou-se unidade entre determinadas perguntas e respostas, conforme foi estabelecido o contato com os participantes e com recortes de suas histórias de vida.

4.1 O significado do trabalho

O significado do trabalho é polimorfo e sofre modificações ao longo da história, só podendo ser entendido a partir de um contexto histórico, econômico e político. No entanto, cabe à Psicologia refletir os sentidos do trabalho ou ausência dele para cada pessoa (SOUZA *et al.* 2020). Como mote para iniciar as entrevistas lançou-se a seguinte pergunta aos entrevistados - Qual o significado do trabalho na sua vivência?

eu trabalho já vai fazer três anos, mas quando eu consegui foi uma conquista muito grande, porque foi num momento que eu tava precisando muito, porque eu saí da casa da minha mãe, então quando eu consegui um emprego depois de dois anos procurando fiquei muito feliz, foi basicamente minha independência, na época eu não tinha retificação, me senti orgulhoso e independente, foi como se fosse uma virada de vida. é indescritível, naquela época, primeiro emprego de carteira assinada (Lucius, 2021).

O trecho acima reúne pontos em comum com as respostas dos demais entrevistados, pois observou-se semelhança na percepção acerca do trabalho como um instrumento para enfrentar a vulnerabilidade social, e como condição para independência financeira que pode significar retirar-se de contextos violentos, como ambientes familiares intolerantes. Ao passo que o trabalho é reconhecido como uma forma de viver melhor, ou apenas sobreviver, também é entendido como um desafio a ser encarado pelas pessoas trans desde a conquista de uma vaga como a permanência nela. Como dito por um outro entrevistado:

é um desafio entrada e permanência e estar trabalhando como homem trans, é todo um processo de trabalho cis, e se empregar e se manter no trabalho é um grande desafio para as pessoas trans, eu coloco como desafio com o mercado de trabalho, mas o desafio com você mesmo para passar por cima dessas barreiras, para conseguir algo super importante, porque o trabalho para além de ser sua fonte de renda ele é também o que te dignifica, a gente sabe, o trabalho é o que dignifica o homem, senti essa necessidade de ter dignidade, de ter um emprego (Sávio, 2021).

Para além do que foi verificado no primeiro trecho, observa-se acima um novo sentido para o trabalho, como agente da dignidade, esta pode ser entendida como uma atribuição de valor ou honra àquele sujeito que trabalha. Em outro momento, o mesmo entrevistado, complementa o sentido da primeira resposta quando afirma, quase parafraseando Gonzaguinha, em sua fala:

O trabalho é muito importante porque ele é uma cadeia de coisas suscetivas: se você não estuda, você não trabalha, se você não trabalha, você vai pra rua e você morre (Sávio, 2021).

“E sem o seu trabalho / Um homem não tem honra
E sem a sua honra / Se morre, se mata” (Um homem também chora - Gonzaguinha, 1983).

Lhuilier, psicossocióloga do trabalho, afirma que “o trabalho tem uma função social essencial: é uma atividade que liga aos outros e que implica se ajustar a eles para produzir algo útil” (2013, p.487). Ou seja, para a autora o trabalho não é entendido apenas como a relação entre empregador e empregado, com a respectiva remuneração da força de trabalho, mas como um meio para produção de subjetividades a partir da relação com os outros e com o objetivo de realizar uma atividade e de se organizar na sociedade. Portanto, para além dos esforços para se manterem financeiramente, é possível perceber nos relatos o trabalho como um espaço de socialização e de embates com os outros, embates que podem fortalecer ou prejudicar a permanência de uma pessoa trans no trabalho.

Ambas definições acerca do trabalho dialogam com um estudo realizado por Silva, Luppi e Veras (2020) acerca de fatores associados à inserção da população transexual no mercado de trabalho de São Paulo, onde destaca que o trabalho é um direito fundamental e que “constitui-se em uma estratégia para o indivíduo produzir os meios para o seu sustento e possui repercussões diretas sobre as condições de vida e de saúde de qualquer população” (SILVA, LUPPI e VERAS 2020, p. 1724). Além disso, afirmam que o mercado de trabalho formal é tido como um privilégio daquelas pessoas que são amparadas por um conjunto de leis trabalhistas.

É preciso ter cautela ao falar em privilégios resguardados pelas leis trabalhistas, em primeiro lugar leva-se em conta a lentidão na conquista de direitos para os trabalhadores no Brasil, que mesmo após alguns avanços ainda não atende as peculiaridades de todos os trabalhadores, outrossim, considera-se que os direitos trabalhistas vêm sofrendo retrocessos ao longo dos anos, baseados em uma onda neoliberalista que impulsiona a precarização do

trabalho no Brasil, atendendo as demandas de grandes empresários e negligenciando a estabilidade ou qualquer garantia aos trabalhadores.

A entrevistada Isis, em sua fala acerca do significado do trabalho, capturou bem o aspecto da debilidade das garantias de direitos no trabalho conforme a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

dentro da realidade do salário mínimo, na minha visão é uma perfeita e plena escravidão, porque o salário mínimo nunca foi possível dar uma vida boa a qualquer sujeito [...] eu percebi que desde quando[...] eu comecei a cuidar com a minha vida, de uma forma com autonomia, e eu morando sozinha e tal e tendo minha responsabilidade com contas e tudo, eu percebi que o salário mínimo e esse sistema que a gente tem de trabalho ele não é suficiente para a gente sobreviver [...] eu consegui trabalhar por um bom tempo via CLT, mas fora a CLT, aquele trabalho fixo, eu tinha outros trabalhos (Isis, 2021).

Destaca-se que pandemia de COVID-19 provocou uma série de agravos nos contextos econômico e político a nível global, este fato afeta a condição de vida da população em geral, porém ao falar de minorias sociais, como as pessoas trans, pode-se dizer que estas são mais profundamente atravessadas pelas vulnerabilidades.

Juliani e Scopinho (2020, p.68) assinalam que “todos aqueles que rompem com os padrões heteronormativos [...] e com a binaridade de gênero (masculino/feminino) [...] são socialmente penalizados por causarem estranhamento aos demais”. No cenário trabalhista, isto significa que a situação se agrava quando se consideram grupos que sofrem situações excludentes em outros âmbitos, onde além de terem menos condições para formalizar competências técnicas, através de escolarização e profissionalização, não atendem às exigências sociais do mercado de trabalho formal (JULIANI e SCOPINHO, 2020), bem como da sociedade em geral, como é o caso das pessoas transexuais.

Deve-se destacar uma outra dimensão observada nas entrevistas, a fatídica escolha entre estudar e trabalhar, frequentemente identificada na realidade de estudantes brasileiros, que não tem, em muitos casos, o apoio financeiro necessário do Estado para se dedicar tão somente aos estudos e carreira acadêmica, dificultando também o acesso à pesquisa. Assim sendo, o trabalho retorna a função primária de garantir recursos mínimos para a sobrevivência, e recua no sentido do crescimento pessoal e profissional, da especialização, produção de conhecimento e das trocas com os outros.

o meu contexto foi que eu tive que escolher entre estudar e trabalhar, eu tive que escolher trabalhar por que eu tenho que me sustentar, então eu tive que trancar a faculdade, eu me deparo com essa situação, eu fico triste [...] até nossa entrevista

aqui agora, você é estudante de psicologia, eu poderia estar fazendo essa mesma entrevista, se eu não tivesse feito essa escolha fudida [sic] (Sávio, 2021).

Desse modo, nota-se que o trabalho ganha sentidos distintos que são enviesados por omissões de direitos paralelos a ele, como o direito à educação, a dignidade e a liberdade de forma universal, ou seja, independente do contexto político, econômico e cultural do sujeito.

É preciso observar o significado do trabalho em seu recorte e não se deter a concepções idealizadas de que o trabalho formal oferece mais segurança ao trabalhador trans, assim como a informalidade não deve ser o único caminho a ser percorrido, ainda que seja importante via de acesso a renda e desenvolvimento profissional.

A partir das reflexões acima, as discussões enfocam-se no processo relativo à inserção dos participantes em suas experiências profissionais, apontando alguns marcadores fundamentais desse processo, como a retificação dos documentos que será discutida no tópico a seguir.

4.2 Retificação de documentos e reconhecimento da cidadania

Observou-se que existe um processo relativamente comum para o acesso das pessoas trans ao trabalho formal, e esse processo perpassa dimensões também formais, tais como o uso de recursos legais para garantir o respeito à identidade de gênero dentro das organizações de trabalho. Estes recursos podem ser a inclusão do nome social no Cadastro de Pessoa Física - CPF e a retificação do nome e gênero nos documentos em cartório. Ambos procedimentos foram mencionados durante as entrevistas como passo importante para acessar determinados espaços e como estratégias para se sentirem mais seguros quanto à participação em processos seletivos.

Em um processo seletivo, seja individual ou em grupo, tem de se coletar alguns dados acerca dos candidatos, como nome, gênero, experiências anteriores, dentre outros. No entanto, nem todas as contratantes utilizam ferramentas adequadas para isso. Alguns destes formulários desconsideram as identidades de gênero plurais, ou não possuem minimamente o campo para preenchimento do nome social, ocasionando desconforto e abordagens violentas às pessoas trans, que precisam, por vezes, justificar sua condição.

Eu lembro que antes de retificar eu pensava: eu coloco meu nome de registro ou social no currículo, quando eu chegar lá na empresa vou ter que explicar. Até no currículo a gente se preocupa de sofrer uma possível violência lá na frente porque

talvez escolha colocar o nome social e quando chega lá a pessoa pede o documento e o documento não tá com nome social (Sávio, 2021).

Essas falhas nos formulários podem ser lidas como mecanismos de controle e exclusão das pessoas trans dos espaços de trabalho, bem como também ocorrem em outros contextos como, por exemplo, em fichas de atendimentos de saúde e chamadas escolares. Ora, se existe uma norma cisgênero, essa norma se articula através dos mais diversos dispositivos na sociedade, não é um deslize ou esquecimento não considerar o nome social dos candidatos nas fihas de trabalho, mas uma demonstração institucional de que o sistema cisgênero não está disposto a se modificar para acolher a diversidade de gênero e de orientação sexual.

A seguir, dois exemplos acerca da relação entre o processo de retificação de documentos e o acesso a oportunidades de trabalho. O relato de uma mulher trans aponta para a retificação como algo que contribuiu para sua inserção:

fui para algumas entrevistas, mas como eu tinha toda a documentação atualizada não foi muito difícil, por que eu acho que o maior problema ao meu ver, é se identificar de uma forma, ir vestida de uma forma e a documentação estar de outro jeito, as pessoas ficam com desconfiança e ironia, é bem delicado (Ayla, 2021).

Enquanto o relato a seguir, de um homem trans, demonstra como a documentação não atualizada serviu de obstáculo para a contratação, mesmo tendo sido aprovado nas etapas anteriores do processo seletivo:

estava bem interessado em um emprego que estava procurando homens, mas quando chegou a parte da documentação, avisaram que iam analisar e não deram mais resposta, fica subentendido o que rolou (Lucius, 2021).

Com base nisso, a retificação de documentos mostrou-se como aspecto fundamental para inclusão no trabalho de forma mais resguardada, ou seja, não pode se dizer que todas as pessoas trans desejam retificar seus documentos, mas pode-se afirmar que este procedimento tornou-se uma espécie de exigência no contexto de trabalho, basicamente se a pessoa possui um documento ela [teoricamente] será respeitada. Respeita-se o ser humano ou o recurso burocrático? O documento retificado pode ser considerado um agente não humano de reconhecimento da identidade. Acerca disso, algumas considerações serão apresentadas.

Maia (2019) apresenta uma importante discussão no contexto brasileiro em relação a decisão de 2018 do Supremo Tribunal Federal que tornou possível o processo de retificação de registro civil no âmbito administrativo, através dos cartórios, e não mais apenas pela via jurídica, favorecendo o reconhecimento da autodeterminação de gênero. No entanto, em seu trabalho dispõe da seguinte problemática: a desjudicialização resulta em desburocratização?

Durante o movimento de desburocratização percebeu-se “diversos entraves não previstos, dúvidas, dificuldades e a formação de redes de solidariedade [...] para a realização da retificação” (MAIA, 2019, p.91). Apenas em 2018 houve o reconhecimento da possibilidade de retificação de documentos, ou seja, de ser reconhecido legalmente pelo seu gênero e nome sem judicialização, no entanto não ocorre em forma síncrona com o efetivo reconhecimento de que essas identidades possuem valor na dinâmica social, ou até mesmo suporte para acesso aos novos e pouco estruturados recursos para esse reconhecimento legal.

Como afirma a autora,

A transformação da regulação do direito e o reconhecimento da identidade insere-se em um contexto mais amplo na biopolítica contemporânea, que tem a presença do Estado e dos direitos para a autodeterminação, elementos importantes para a cidadania. Por isso, o processo de cidadanização passa pela contínua negociação que envolve práticas administrativas, jurídicas e cotidianas de atores humanos e não-humanos, a partir da atuação de mediadores, como os documentos, legislações, marcos legais internacionais e nacionais, saberes das ciências humanas e médicas, narrativas, ativistas, profissionais, etc (MAIA, 2019, p.91)

Em seu estudo, descreve uma série de dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans no âmbito jurídico, como por exemplo a negativa de realização do processo de retificação, pois o STF não definiu um protocolo de referência para a realização, havendo demora para cada estado definir individualmente os critérios, além do custo atribuído ao procedimento e exigências secundárias (MAIA, 2019).

Ao fazer uma breve análise das adversidades mencionadas percebe-se, mesmo com a decisão do SFT, mais uma tentativa de regulamentação desses corpos e da cidadania de pessoas trans de forma limitante e/ou desinteressada por parte da sociedade e do Estado.

Percebem-se movimentos contraditórios no reconhecimento da cidadania de pessoas trans. Comemoram-se as conquistas a passos lentos, mas com importante crítica acerca das manifestações de violações de direitos institucionais sustentados pelo próprio Estado.

4.2.1 O conceito de enquadramento de Butler e o reconhecimento da cidadania trans

Judith Butler é uma autora com considerável visibilidade quanto aos debates sobre gênero e sexualidade. Na introdução de sua obra “Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?” Publicada no Brasil em 2015, apresenta o conceito de enquadramento como formas de conceber determinadas vidas como humanas e passíveis de luto, por outro lado, outras vidas não geram comoção, e não são entendidas como vivas.

De acordo com a autora

“Os enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas que podemos apreender daquelas que não podemos [...] não só organizam a experiência visual como também geram ontologias específicas do sujeito. Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. [...] Os esquemas normativos são interrompidos um pelo outro, emergem e desaparecem dependendo de operações mais amplas de poder, e com muita frequência se deparam com versões espectrais daquilo que alegam conhecer. Assim, há ""sujeitos"" que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ""vidas"" que dificilmente - ou, melhor dizendo, nunca - são reconhecidas como vidas.” (BUTLER, 2015, p. 14)

A partir deste trecho é possível esquadrihar de forma breve que os instrumentos que normatizam os sujeitos estão apoiados em bases genéticas, antropocêntricas, políticas e institucionais, bases estas que se atravessam, se complementam e se excluem conforme a conveniência nas relações de poder. Aqueles que se diferenciam da norma são tidos como indesejáveis e busca-se excluir.

Em relação ao entendimento das identidades trans existem conflitos consideráveis levando em conta argumentos biologizantes, que procuram fundamentar posturas transfóbicas, como por exemplo, o discurso de que por supostamente não serem corpos capazes de reproduzir, contrariam uma norma biológica e portanto são passíveis de serem excluídos e exterminados. Na vivência de uma pessoa trans isso implica situações violentas e desconfortáveis, como afirma a entrevistada Isis acerca da sua última experiência de trabalho formal em um restaurante:

aconteceu episódios de tipo entregadores e outras pessoas que trabalharam lá que foram transfóbicos, e eu ter que combater, e isso foi super desgastante [...] tive que me expor de tal forma para que eles pudessem entender [...] usar meu corpo para comprovar a minha mulheridade, e que existem mulheres com pênis e mulheres com vagina, e eu sou uma mulher com pênis e que eu mereço respeito como qualquer outra [...] foi muito pesado, eu adoeci. (Isis, 2021).

Butler (2015) aponta para a noção de precariedade, algo que atravessa todas as pessoas, porém destaca que existem marcadores que intensificam a precariedade para determinados sujeitos, o que é importante reconhecer para engajamento em políticas sociais que visem atenuar condições precárias de vida.

Acerca da precariedade compartilhada, a autora salienta que o seu reconhecimento desperta para a regulamentação de compromissos de igualdade e “convida a uma universalização mais sólida dos direitos que procure abordar as necessidades humanas básicas de alimento, abrigo e demais condições de sobrevivência e prosperidade” (BUTLER, 2015, p. 26). Não há condições para vida sem que se atenda a necessidade humana de alimento e afeto,

no entanto, a porção destes recursos tende a ser fracionada em determinadas esferas de sujeitos, projetados como menos notáveis na sociedade, e portanto quanto menos percebidos como pessoas que vivem, menos serão reconhecidos como também pessoas que morrem.

Butler (2015) afirma que para diferenciar a concepção da condição de precariedade é necessário perpassar pelo aspecto material, pois os sujeitos cujas vidas não são lamentadas pela sociedade, ficam expostos à vulnerabilidade alimentar, condições precárias de trabalho e a posições desiguais frente à violência e morte. Percebe-se que as condições materiais para a manutenção da vida precisam ser consideradas como maneira de efetivação de direitos humanos e inclusão social.

Outra discussão proposta em seu texto, relevante para o presente estudo, é que na contemporaneidade nem todos serão reconhecidos como sujeitos e que a pluralidade de culturas “tende a pressupor comunidades já constituídas, sujeitos já estabelecidos, quando o que está em jogo são comunidades não exatamente reconhecidas como tais, sujeitos que estão vivos, mas que ainda não são considerados "vidas" (BUTLER, 2015, p.53). Este aspecto foi confirmado através da fala de um dos interlocutores, revela-se a seguir o esboço dessa dinâmica de invisibilização e negação da cidadania:

enquanto o governo quer nos matar, as empresas não nos contratam e nos deixam em vulnerabilidade. (Sávio, 2021).

O reconhecimento das identidades trans, não significa necessariamente que será assegurada a população trans as ferramentas necessárias para sua vida e cidadania. Ao produzir generalizações em torno da comunidade trans pouco se avança no reconhecimento de suas identidades e se alimenta a ideia irrefletida de uma condição de vida supostamente vulnerável por "natureza".

A transexualidade contradiz a solidez de papéis e performatividades de gênero, como o próprio desmonte da binariedade entre masculino e feminino. Isto denota que corpos trans são resistentes às normas que sustentam a valoração ou não dos sujeitos na sociedade, deste modo, têm sua vida e suas experiências negadas com o pretexto do risco a essa suposta ordem e solidez cujas operações de poder buscam manter.

4.2.2 “Desenunciação” dos corpos trans

Em complemento à discussão acerca do reconhecimento das identidades trans, cabe mencionar a reflexão de Casteleira e Maio (2021) que discorrem em seu texto acerca do conceito de enunciado. A palavra “enunciado”, pode ser definida pelo dicionário como aquilo que se anuncia ou expõe, mas também como uma junção de palavras que comunicam um sentido (MICHAELIS, 2020).

De acordo com o texto citado, com base no conceito posto por Foucault (2008), enunciado “diz do que emerge, do que pode e não pode, que todos possuem intencionalidades” (CASTELEIRA e MAIO, 2021, p. 5). Já o corpo enunciado consiste naquele corpo que atende as normas estabelecidas pelos detentores do poder, incluindo o Estado e as instituições de educação formal e informal, existe um desenho homogêneo acerca do perfil esperável de um cidadão, normalmente associado a uma lógica classista, onde considera-se o homem branco, cis, detentor de posses, um sujeito enunciado. Enquanto que, tomando-se do conceito de Ouellet (1984) os autores falam de um processo de desenunciação (CASTELEIRA e MAIO, 2021).

Pode-se suprimir uma identidade trans ou travesti a partir desse movimento de desenunciação, que equivale a “um desnudamento tácito dentro e partindo dos sistemas todos, mas podem partir de si ou de outrem. A pessoa pode desenunciar-se de modo estratégico a fins diversos: sobrevivência, empregabilidade, sexualidades, etc.” (CASTELEIRA e MAIO, 2021, p. 6).

Observa-se esse processo na discursividade trans a medida em que são exigidas inúmeras adequações comportamentais, estéticas e emocionais para a preservação da vida. Seja através do uso de roupas e acessórios que tornam desconfortáveis a experiência trans a partir da inconformidade destas com sua autodeterminação de gênero, como forma de assegurar a permanência em um emprego:

Na entrevista e primeiros dias não tinha assumido a transição, usava roupas que não era confortável para conseguir o emprego, algumas semanas depois falei com supervisora e o dono permitiu, pois não se importava com questões de gênero (Ayla, 2021).

Igualmente relacionado a inserção no trabalho sexual como forma de sobrevivência, após a negligência vivida em outras instâncias de trabalho, mas também pela via da formação de redes de apoio:

eu vejo muito meninas trans em redes sociais, falando sobre a questão de prostituição, [...] algumas eu vejo favorecendo, exaltando, e outras falando que não

queriam para elas. Uma das coisas que sempre me foi falado desde o início da transição é que esse era o meio mais fácil para conseguir um trabalho, e em muitos momentos mesmo trabalhando de carteira assinada, eu me perguntei se eu deveria também para atingir meus objetivos. Estão cansadas de ir a entrevistas de emprego e ver que não é um lugar para elas, acho que esse é um dos motivos de elas não irem para uma entrevista de emprego (Ayla, 2021).

A desenunciação, na prática, ocorre quando uma mulher trans têm seu trabalho e suas competências invalidados, por não estar ocupando a categoria designada compulsoriamente ao seu corpo. Uma das interlocutoras levantou essa questão a partir das experiências que teve como cuidadora de idoso e como cozinheira, em duas áreas de trabalho distintas, em locais diferentes da cidade.

eu como cuidadora eu sei que para minha família eu tinha na verdade era um caso com um velho rico na Beira Mar, sendo que na verdade eu tava realmente trabalhando como cuidadora, mas na real eu sentia nos questionamentos [...], a realidade é essa, e até mesmo como cozinheira, de a esposa do proprietário achar ou brincar que eu tinha alguma coisa com o marido dela, então isso sempre vai me atravessar. (Isis, 2021).

Nota-se que a cidadania das pessoas trans colide com essa desenunciação, o que nucleariza categorias limitadas de subjetividade, demarcando as pessoas trans a determinados modos de se apresentar, trabalhar, falar, comportar e até sobreviver. O núcleo da identidade trans na sociedade hegemônica não os considera como sujeitos de direitos sociais, políticos e trabalhistas (CASTELEIRA e MAIO, 2021). Destaca-se essa demarcação, por ser um mecanismo de apagamento das experiências trans em sua diversidade de formatos e contextos, como visto acima, alimentam-se disso os estigmas e os processos de exclusão.

4.3 O fator passabilidade

Entende-se por passabilidade a condição de uma pessoa “passar por” ou ser tida como parte de um grupo identitário oposto ao seu. Duque (2020) afirma que é um regime que inclui categorias interseccionais, como classe social, etnias e orientação sexual, isto é, para além do reconhecimento da expressão de gênero em conformidade com as exigências sociais, tanto através de características físicas quanto comportamentais e pelas dinâmicas sociais. Este regime se baseia na arbitrariedade do binarismo no reconhecimento dos sujeitos.

A passabilidade não é estática e não perpassa apenas corpos trans, ela emerge de movimentos de interação entre as pessoas, são os outros que determinam se aquele sexo é inteligível ou não, passável ou não, através de “uma série de códigos e valores que se impõem como uma espécie de gramática às pessoas envolvidas, nas maneiras como elas podem parecer visíveis, e elas aprendem a lidar com elas, assim como despistá-las.” (DUQUE, 2020, p. 36).

Ser passável não é sinônimo de ser reconhecido, o autor propõe o olhar interseccional para desconstruir a ideia de que existem os corpos naturalmente vulneráveis (corpos trans), que precisam se modificar, e os que não precisam (corpos cis) (DUQUE, 2020). Isso alimenta a noção patologizante dos corpos trans, onde por vezes difunde-se que todas as pessoas trans precisam realizar modificações no corpo, bem como afirma-se que nenhuma pessoa cis altera o próprio corpo, o que não é legítimo, com base nos inúmeros tipos de cirurgias plásticas e procedimentos estéticos em geral realizados por pessoas cis, o que caberia a outra discussão. Fato é que pessoas cis e pessoas trans estão sujeitas a modificações corporais, no entanto as pessoas cis desde que sejam reconhecidas como tal, não são alvos de impedimento, enquanto as pessoas trans precisam atender a uma série de requisitos para ter sua identidade validada, principalmente baseada em sua expressão de gênero.

Avançando neste tópico, cabe destacar a relação da passabilidade com o reconhecimento da cidadania trans, discutido anteriormente. Sabe-se que há 2 discursos institucionais preponderantes na sociedade contemporânea, o discurso médico e o jurídico. Duque (2020, p. 37) afirma que “já foi exigido autorização de um médico e de um juiz, [...] para que se pudesse, [...] ter o nome e o sexo alterado nos documentos civis. A passabilidade era um requisito em muitas situações jurídicas e médicas para que se conquistasse direitos”.

Acerca dessa afirmação cabem duas críticas importantes percebidas no percurso deste estudo. A primeira é relacionada ao discurso médico patologizante. Durante o levantamento de artigos nos portais de periódicos, destaca-se o grande volume de produções voltadas para o adoecimento e/ou estratégias de cuidado em saúde, dando enfoque aos processos transexualizadores, principalmente a partir da publicação da Portaria n. 1.707/GM, de 2008, que institui o Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O que se caracteriza como um avanço no âmbito das políticas públicas, oportunizando o acesso de pessoas trans a atendimentos específicos, está longe de garantir a todas as pessoas

o tratamento em saúde adequado, e ainda parece reforçar a noção de gênero como atribuído diretamente ao sexo, que é exatamente o efeito da passabilidade nas dinâmicas sociais.

A segunda crítica diz respeito ao discurso jurídico, retoma-se a discussão acerca da retificação de documentos, instrumento de regulação da cidadania trans e também pode ser considerada parte do eixo da passabilidade. Como visto, desde 2018 no Brasil, a retificação pode ser feita em cartório. A pessoa trans passa a ser lida como uma pessoa cis a partir dos papéis e documentos autenticados que portar, ou seja, um processo legitimador da existência e da categorização de gênero dentro da cisheteronormatividade.

Cabe mencionar um levantamento, realizado por Filipiack e Gaspodini (2020), acerca das principais políticas públicas para a população LGBT no Brasil, no qual destacam que o ponto de partida para criação de políticas públicas foi a partir da epidemia de HIV/AIDS na década de 1980. É importante considerar esse marcador histórico, pois evidencia os estigmas que circundam a criação e efetivação de políticas públicas e luta por direitos até os dias atuais. Os autores observam que a maior parte dos estudos encontrados investigam políticas públicas de saúde e, em menor número, de segurança.

A população LGBTQIA+, e mais especificamente as pessoas transexuais, evidentemente necessitam de atendimento de saúde qualificado e de atenção nos níveis jurídico e de segurança. Todavia convém problematizar a direção das políticas públicas voltadas para a educação, cultura e inserção no mercado de trabalho, que também podem ser consideradas questões urgentes na vivência dessa população.

Em relação ao acesso ao trabalho, a passabilidade foi mencionada nas entrevistas como “essencial”, a medida em que esse reconhecimento evita diversas situações de transfobia às quais as pessoas trans podem ser expostas. A seguir o relato do entrevistado indica algumas discussões importantes:

Eu não sou passável, minha cara não tem nenhuma barba, não tenho o rosto quadrado, eu comecei agora a hormonização, então eu não sou passável. Quando eu chego lá as pessoas não vão ter a leitura masculina que eu tenho na minha cabeça, eu tenho que explicar em alguns lugares, verbalizar.[...] As pessoas cis hetero sabem que elas tem uma vantagem a frente quando elas barram alguém como eu, visam muito a nitidez, se eu não sou um homem ou mulher como muita nitidez as pessoas já sentem que estão na sua frente, e isso pode ser que seja um passo que impede as pessoas trans de acessar esses lugares, essa barreira de ter que se explicar, eu já evitei situações, lugares e espaços. Você chega em uma entrevista pessoal e de grupo você sente um peso, você tá levando um saco de feijão nas costas, sabendo que a qualquer momento pode acontecer alguma situação (Sávio, 2021).

As dicotomias de gênero revelam que aqueles que não estão enquadrados nas categorias de gênero e ocupacionais já postas estão fadados à invisibilidade. O mercado de trabalho não compreende aspectos plurais e subjetivos, sendo necessário categorizar para reconhecer.

“A passabilidade pode nos indicar, a depender do momento histórico e/ou contexto, tanto uma coisa (desigualdade) como outra (igualitarismo)” (DUQUE, 2020, p. 43). Diante deste recorte, indaga-se até que ponto a noção de passabilidade proporciona reconhecimento de identidade, a medida em que uma pessoa trans “passa por” cis, na verdade é mais um mecanismo de demarcação de diferenças. Como afirma a entrevistada Ayla, “O padrão não existe para a gente, é difícil você entrar num quadrado que não existe para você, é difícil você se encaixar num quadrado se você tem outra forma”.

É notável que a passabilidade proporciona tratamentos desiguais mesmo entre pessoas trans. Ou seja, homens e mulheres trans e pessoas não binárias serão reconhecidas e terão acesso a espaços diferentes de trabalho, a depender do seu nível de transição, mais ou menos adiantado, como a forma como se apresenta através de vestuário, acessórios, tom da voz, dentre outros.

Essa distinção entre a passabilidade entre as pessoas trans também pode ser percebida em Silva, Luppi e Veras (2020), quando apontam em seu estudo que homens transexuais apresentaram maior probabilidade de serem inseridos no mercado de trabalho, possivelmente por se tornarem mais próximos a norma do gênero ao qual se afirmam, ou melhor, mais passáveis, através do uso da testosterona que torna características físicas mais próximas a forma como se concebe um corpo masculino em nossa sociedade.

Em contrapartida, as mulheres transexuais podem sofrer mais discriminação por apresentarem maior ambiguidade de características físicas designadas como masculinas/femininas. A seguir uma crítica importante realizada por uma entrevistada que se conecta as contradições da passabilidade entre as pessoas trans de diferentes contextos:

As pessoas gostam muito de falar da questão de inclusão, deixam claro que a empresa é inclusiva, só que quando chega na prática só favorece para certos padrões, se vão duas meninas para entrevista e uma delas já tem mais tempo de hormonização, ao meu ver para ela é mais fácil[...]o aparato que a pessoa tem como tempo de transição, principalmente as meninas, para a gente chegar a um ponto de passabilidade é bem mais difícil, ao meu ver se você é uma menina trans com características mais próximas de uma pessoa cis, você consegue acesso a todos os cantos, mas se você não tem acesso a terapia hormonal, e por ‘n’ características suas, fica mais difícil, tem mais olhares e comentários (Ayla, 2021).

Uma outra interlocutora reforça essa diferenciação a partir de suas experiências:

[...]quebrando esse estigma que se tem mediante a você, principalmente se você é uma mulher trans porque quando você é um homem trans você consegue meio que também se passar por esse sistema hétero, masculino e cisgênero, e quando você é uma mulher trans é um pouco difícil de você se inserir dentro desse padrão feminino cisgênero (Isis, 2021).

Durante a pesquisa observou-se a passabilidade como medida para determinados espaços de trabalho. Observa-se que 3 dos 4 entrevistados estavam empregados em call center. Um deles afirma

nas empresas de callcenter a gente tem uma aceitação muito maior de pessoas LGBT no geral, geralmente o primeiro emprego é em call center, faz muito tempo que vejo isso e não vejo nenhuma mudança com relação à inclusão em outras empresas (Lucius, 2021).

E mais a frente, na entrevista, explica a dinâmica desse determinado contexto de trabalho para as pessoas trans:

Os call centers estão à frente porque tem uma rotatividade grande e ninguém está vendo sua cara [...] quando as empresas contratam homens e mulheres trans contratam mais padrão, bem passáveis. No call center ninguém te vê, então não faz diferença (Lucius, 2021).

Enquanto isso é motivo de surpresa uma trabalhadora ou trabalhador trans ser visto no atendimento ao cliente, como confirma a entrevistada Ayla, a partir de uma experiência como vendedora em um shopping:

chegou uma moça trans e foi perguntar se eu era uma pessoa trans, e ficou muito surpresa de ver uma mulher trans trabalhando de carteira assinada num shopping, no atendimento ao público, e foi aí que fiquei surpresa com a realidade das pessoas (Ayla, 2021).

Juliani e Scopinho (2020) em seu estudo sobre trajetórias de pessoas LGBTs no trabalho contemporâneo, realizaram a seguinte consideração:

Nas raras vezes em que estes trabalhadores transpõem as barreiras do mercado de trabalho, eles passam por situações de constrangimento, são alvos de piadas e de divulgação vexatória diante dos coletivos de trabalho, são alocados em funções tidas como próprias do gênero com o qual se identificam e em posições subalternas dentro de ramos específicos da economia (salões de beleza, por exemplo) ou ainda em postos de trabalho invisíveis em meio às linhas de produção, tais como atendentes de telemarketing ou camareiras – posto em que, em atividades desta natureza, não há contato presencial algum com os clientes (JULIANI e SCOPINHO, 2020, p.67).

A afirmativa se refere a pessoas LGBTQIA+ de forma abrangente, contudo dirigindo-a especificamente às pessoas transexuais, a inserção no mundo do trabalho pode demandar concessões às normas sociais (SOUZA *et al.* 2020), muitas vezes mutilando

aspectos da sua expressão de gênero, desde os locais onde podem ou não estar. Um exemplo prático é o debate em torno de qual banheiro uma pessoa trans deve usar, é um desafio então para cada pessoa cisgênera leitora deste presente estudo, imaginar no seu contexto de trabalho atual como seria ter que abster-se do acesso a uma necessidade básica humana.

A passabilidade produz uma espécie de mascaramento da experiência trans, invisibilizando essas vivências, o que pode ser útil para evitar situações de transfobia, ao passo que possibilita ao sujeito misturar-se na multidão (DUQUE, 2020).

Para a pessoa não passável tudo é desconfortável, tudo vai ser pressuposto para te colocar numa situação violenta, de constrangimento, uma barba, um silicone, a obrigatoriedade de uma pessoa não binária estar dentro de um desses papéis transfeminino ou transmasculino. É violento e é um pressuposto muito essencial, para chegar nesses espaços sem passar violência (Sávio, 2021).

A partir das considerações apresentadas compreende-se que nas experiências trans, incluindo suas trajetórias de busca e permanência em trabalhos formais, a passabilidade é tida como um fator que proporciona acessos, porém se torna problemático quando considerado obrigatório, tendo em vista que nem todas as pessoas trans querem ou têm acesso à hormonização, cirurgias e outros procedimentos. Quando ser passável apresenta-se como movimento compulsório, revela-se a ferramenta de regulação das experiências trans, inclusive sua forma de acesso ao trabalho, não somente gerando embates com a cisgeneridade, como também entre os vários contrastes de expressão das transexualidades atravessadas de forma interseccional.

4.4 Redes de apoio

Entende-se como redes de apoio às formações de vínculos com os outros através de interações ao longo do tempo que contribuem para o desenvolvimento pessoal e das relações, essas redes formam-se principalmente “a partir de trocas [...] que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjugação de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação.” (JULIANO e YUNES, 2014, p. 137).

Redes de apoio bem desenvolvidas podem contribuir com “prevenção de violência e ao fortalecimento de competências, bem como do senso de pertencimento e da maior qualidade dos relacionamentos” (JULIANO e YUNES, 2014, p. 137). No contexto de inserção ao trabalho esses fatores são primordiais, visto que oportuniza a elaboração de teias de

contatos, realização de atividades que dependem da interação, avaliação constante de competências técnicas e interpessoais. No entanto, na falta destas redes, percebe-se agravos na vulnerabilidade das pessoas.

A sondagem acerca das redes de apoio não estava inicialmente inserida no roteiro de entrevistas, no entanto, desde o primeiro diálogo urge-se a necessidade de compreender como articulam-se as pessoas trans nesse processo de acesso ao trabalho tão dificultado pelas contingências sociais, sabe-se que em muitos casos há um contexto de sobrevivência e de intensas limitações. Então pergunta-se: com quem podem contar às pessoas trans nesse processo? E acerca disso apresenta-se algumas respostas a seguir.

O que me deu mais suporte foi uma colega trans, que quando eu precisava eu conversava com ela, tem a realidade basicamente como a minha (Ayla, 2021).

Eu e outro amigo que tinha saído do emprego por transfobia, só nós mandando currículo, nunca tive nenhuma orientação ou apoio, não me sentia confortável de ir atrás, estava chegando do interior, botei a cara no mundo e fui. Hoje conheço a Transempregos² pela internet (Lucius, 2021).

Identifica-se nos discursos que a interação com os pares é a principal forma de sentir-se apoiado, isto revela-se enquanto resultados dos processos comentados anteriormente acerca do indefinido reconhecimento da identidade e da invisibilização das experiências trans. Ocorre que há uma expulsão desses sujeitos dos principais locais de formação dessas redes.

Conforme a ANTRA (2020), os levantamentos anuais sobre violência contra pessoas trans revelam um ciclo de marginalizações impostas a elas, os níveis desse ciclo de exclusões tem como base os contextos familiar, escolar e social, e caminham para as exclusões no cenário laboral, político e institucional. Souza *et al.* (2020) apontam para a “necessidade de desamarrar as transexualidades do campo da saúde em direção à perspectiva da despatologização das identidades e da luta pela visibilidade e sociabilidade”.

O fato de vivenciarem contextos relativamente semelhantes como expulsão da casa dos pais, dificuldade de acesso aos serviços, e o medo de sofrer violências provoca um isolamento das pessoas trans do restante da sociedade, e este é também de afeto, o que é extremamente prejudicial para o fortalecimento da autoestima e para a saúde mental das pessoas.

² A TransEmpregos é um banco de currículos e vagas com o objetivo de incluir pessoas trans no mercado de trabalho formal, criada em 2013, tem como fundadoras Márcia Rocha, Maite Schneider e Laerte Coutinho. Por meio da plataforma é possível se inscrever em cursos de formação, e as empresas parceiras anunciam vagas e são orientadas acerca de melhorias nos processos de inclusão.

Dois interlocutores mencionaram o acompanhamento psicológico como importante suporte no processo de inserção no trabalho, bem como em outras questões. Sobre a rede de apoio a entrevistada Isis afirma:

quando eu percebi que eu tava começando a ficar mal eu procurei voltar para terapia, tava na segunda onda da pandemia, eu busquei voltar a terapia na força do ódio no ambulatório (Isis, 2021).

A partir deste dado propõe-se uma breve discussão acerca do suporte oferecido por profissionais de psicologia no processo de inclusão das pessoas trans no mercado de trabalho, considerando as diretrizes que orientam a prática profissional de psicólogas(os). Pois podem ocorrer práticas antiéticas por parte de psicólogas(os) no manejo com pessoas trans, o que pode afastá-las do cuidado em saúde mental tão importante para manutenção de uma qualidade de vida satisfatória.

Para isso é fundamental tensionar as atribuições da psicologia nos diversos espaços aos quais se propõe atuante. Conforme Bento (2011, p. 554), as condições para requerer direitos humanos limita-se a “um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política”. Essa concepção alerta para o que o próprio Código de Ética da profissão orienta, como o dever de atuar promovendo a igualdade, liberdade, dignidade e integridade, e construir práticas que contribuam para a eliminação de qualquer forma de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2014). É preciso refletir as interseccionalidades que atravessam cada grupo na busca pelos seus direitos, incluindo o direito à igualdade de oportunidades, tendo em vista que isto surgirá como demanda desde o contexto escolar, perpassando o organizacional e a clínica.

Ressalta-se também a Resolução nº 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia que estabelece normas de atuação para psicólogas(os) em relação às pessoas transexuais e travestis. Os profissionais devem reconhecer e legitimar a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação às suas identidades de gênero, não deverão exercer ou se omitir frente a qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito, nem tampouco utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas que criem ou reforcem preconceitos, estigmas e discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis (CFP, 2018).

Outro aspecto observado acerca das redes de apoio consiste no engajamento em coletivos de pessoas trans como forma de orientar-se e ter acesso a oportunidades de trabalho.

Sou militante, [...] faço muitos amigos nessa rede. [...] Me coloco em espaços que sei que futuramente podem me chamar para um trabalho, a militância me ajuda muito a estar bem comigo e ocupar esse espaço (Sávio, 2021).

Por militância compreende-se as diversas formas de conectar-se a outros para garantir que uma população avance na conquista de direitos, ou seja, não consiste somente em discussões em redes sociais, mas também nos encontros, nas escutas, nas indicações para trabalho, por fim, em tornar-se rede de apoio para alguém.

Por fim, destaca-se a ausência do apoio familiar, que embora seja culturalmente associado ao cuidado, e de onde partem importantes influências e incentivos para o trabalho, foi mencionado apenas uma vez durante as 4 entrevistas, quando perguntada sobre rede de apoio, a participante responde: “[...] parte familiar não” (Isis). Confirma-se nas narrativas o eixo familiar dos processos de exclusão proposto pela ANTRA (2020).

Considera-se que não há como generalizar os cenários de suporte alcançados por todas as vivências trans, no entanto, com base nesta discussão observam-se 3 possíveis componentes das redes de apoio às pessoas trans nos seus percursos para acesso a empregabilidade, aos quais respondem de forma breve a pergunta lançada no início do tópico: Com quem as pessoas trans podem contar? 1. Com outras pessoas trans; 2. Com os dispositivos de militância e coletividades; 3. Atendimento psicológico acessível e adequado às suas necessidades. Os 3 itens no entanto estão longe de estarem disponíveis a todas as pessoas, considerando os diferentes contextos socioeconômicos, étnicos, políticos e culturais, apesar disso revelam-se como importantes estratégias para nutrir os movimentos de vida trans.

4.5 A responsabilização individual

Ao falar em responsabilização aponta-se que existe um discurso cisnormativo que busca punir as experiências trans, nos mais diversos âmbitos, como se a identidade trans justificasse os abusos e exclusões enfrentados. Quando, por exemplo, as pessoas trans são conhecidas pela coragem por afirmarem sua identidade de gênero em uma sociedade extremamente violenta contra elas, mas na verdade não deveriam ter que enfrentar.

Ao perguntar a uma das interlocutoras da pesquisa, sobre aspectos favoráveis para sua inserção no trabalho, observou-se na resposta essa relação entre o que é exigido das pessoas trans e qual o retorno dado a elas:

Meu diferencial, pelo qual eu tenho, de que quando eu me interesse de prestar serviço para algum lugar eu tô de certa forma me doando para aquele local e

acreditando no que aquela empresa acredita, no meu melhor, nunca deu errado, o que deu errado foi as pessoas (Isis, 2021).

Percebe-se em outro relato como essa responsabilização individual mantém as trabalhadoras e trabalhadores trans em uma espécie de estado de alerta, onde precisam a todo tempo fortalecer suas estratégias para legitimar suas habilidades.

tento me preparar ao máximo, eu tenho que jogar com essas cartas, porque se a cishetero-norma ta colocando meu eu tenho que chegar lá e dizer: olha apesar de ser trans eu tenho aqui um currículo que é melhor do que esse cara que é hetero cis. E isso é muito perigoso porque a gente se coloca em um lugar compulsório e muito violento. (Sávio, 2021).

Nas falas acima observa-se certa clareza acerca das potencialidades individuais, e maneiras de enfrentamento, no entanto, isto não ocorre a todas as pessoas trans:

Muitas pessoas trans acham que não estão trabalhando porque não podem, vocês podem sim, só que existe uma cadeia de problemas, a pessoa trans só pensa no que é visível, mas o que é invisível, a raiz do problema não é a pessoa trans (Sávio, 2021).

Existe uma reprodução cultural de que quando realiza-se alguma atividade específica, seja qual for, e neste mesmo dia chove, tende-se a pensar/dizer: “só porque eu fiz isso, choveu.” Contudo, uma série de eventos meteorológicos ocorreram para que houvesse aquela chuva, ou seja, fora do controle humano individual, mas ilusoriamente acredita-se que seja responsável pois aquilo de algum modo atravessa-nos e causa-nos algum aborrecimento. Este é um possível esboço de um discurso meritocrático, que tem sido muito utilizado no Brasil como forma de mascarar os verdadeiros efeitos da desigualdade social. No Brasil “É usada [a meritocracia] muito mais como uma estratégia para se “chegar lá“ do que como valores, ou seja, como usar uma ideia para maquiagem a real intenção” (FERREIRA, 2021, p. 5)

É claro que no âmbito profissional é preciso individualmente estabelecer objetivos e planos de carreira, porém considera-se o fator da desigualdade como revelador da superficialidade da responsabilização individual das pessoas trans por seu sucesso profissional.

A esse ponto do estudo cabe discutir quais são as reverberações dessas percepções acerca do acesso ao trabalho na saúde mental e qualidade de vida das pessoas trans. Dessarte apresenta-se abaixo recortes dos interlocutores presentes na pesquisa, a partir do olhar sobre si mesmos, suas estratégias e competências e sobre a demanda psicológica implicada nos cenários desafiadores que surgem no processo de acesso ao trabalho:

Ou eu me modifico externamente ou preciso ter um psicológico muito forte para suportar tudo , é muito pesado pois é sua vida ali todo dia (Ayla, 2021).

Tem que ter muita coragem e preparo para enfrentar, porque não é fácil (Lucius, 2021).

Eu acredito que tipo as pessoas trans quando elas tem uma potencialidade e ela se esforça, ela vai quebrar esse preconceito e conquistar o seu espaço no dia a dia, qualquer lugar vai ter, independente da saúde mental para enfrentar (Isis, 2021).

A condição da modernidade cria nos sujeitos uma falsa impressão de que se detém controle sobre as tecnologias e as dinâmicas sociais implicadas, no entanto, somos mais controlados por elas do que o contrário (DANTAS e CARRETEIRO, 2009). Isto quer dizer que embora os esforços individuais para se qualificar, tornar-se passável diante da sociedade, manter bons relacionamentos, nem sempre serão suficientes diante de um complexo e estrutural modelo hegemônico de sociedade. A culpabilização diante da impossibilidade de atingir um determinado padrão pode causar duros efeitos na saúde mental dos sujeitos.

Um exemplo são os esforços para mostrar-se melhor o tempo todo como uma forma de compensar essa suposta debilidade ditada pela cis-norma, que ocasiona baixa autoestima, depressão, raiva ou desgosto.

“Sentimento de que nunca se é “suficientemente bom”, o qual conduz à instauração de mecanismos compensatórios, como, por exemplo, ser excessivamente bom na escola ou no trabalho (para ser aceito)” (FILHO, 2011, p. 53). O autor aponta neste trecho para as consequências da homofobia, aqui no seu sentido amplo, e relaciona-se neste estudo aos efeitos provocados pelos movimentos de responsabilização individual das pessoas trans pelos seus méritos profissionais.

De outro modo, ao falar em transexualidades, muito se diz acerca da autodeterminação, e é preciso ter cautela para ela não funcionar como mais um argumento para legitimar a individualização de uma realidade coletiva. Compreende-se que esta “ênfase na identificação, na auto-identificação, desloca a discussão (...) do âmbito do político, do social para o do indivíduo, do subjetivo, coisa a que temos muito menos acesso”, e além disso, ainda conforme a autora Rodovalho “o grupo com que nos identificamos terá que minimamente reconhecer a legitimidade dessa nossa identificação (...) ou, então, o que temos a dizer sobre nós, sobre o que somos, não terá nenhuma valia.” (RODOVALHO, 2017, p. 366).

Nesse sentido, a auto-identificação é importante ao passo que possa favorecer a autonomia e condições para que as pessoas expressem sua identidade de gênero. E essas

condições não podem ser no plano individual, como se houvesse uma escolha, mas no plano coletivo, na promoção da liberdade, na reconstrução de instituições que orientam o acesso aos direitos, bem como os estabelecimentos relativos a elas, como a escola, o hospital, o trabalho.

4.6 Expectativas para o futuro de trabalhadores trans

No caminho para a finalização das entrevistas, com o objetivo de promover reflexão acerca das possibilidades para trabalhadoras e trabalhadores trans, indaga-se acerca do futuro, seja ele próximo ou não, no contexto individual ou coletivo. Observa-se importantes alinhamentos entre os interlocutores, ainda que não tenham sido compartilhados dados de uma entrevista a outra, mas de uma forma geral nota-se que o engajamento em coletivos fortalecem redes importantes.

A seguir algumas falas inspiradoras e ao mesmo tempo prudentes quanto ao futuro:

Gostaria que tivéssemos mais oportunidades, nas empresas ou de forma autônoma, tem muito homem trans produtor de conteúdo, de binder³, gostaria que tivéssemos acesso a bolsa para estudar, que tivesse mais projetos e mais as cotas trans nas universidades, para falar de trabalho realizado temos que falar de estudo, a gente também tem que ver se essa pessoa tem acesso a faculdade, a escola, para poder estar nesses trabalhos as regularizados (Sávio, 2021).

A resposta aponta para um importante espaço na formação de um cidadão trabalhador reconhecido pelo Estado, a escola, esta que

se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. [...] É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia.” (BENTO, 2011, p. 255)

Diante do conceito de Bento, é preciso reconhecer a expulsão escolar das pessoas trans para transformar essa instituição e também transformar o futuro das pessoas trans. Nas universidades não é diferente, embora muito se comenta acerca de ações afirmativas como cotas, ainda são poucas as universidades que têm se inclinado sobre o assunto e efetivamente oportunizado o acesso (ANTRA, 2020).

Outro aspecto considerável é o anseio do deslocamento das trabalhadoras trans do estigma da prostituição:

³ Binders são tipos de faixas elásticas ou coletes utilizados para prender o tecido mamário e causar a aparência de um peito sem volume. Normalmente são produzidos sob medida pelos próprios homens trans e pessoas não binárias e comercializados entre os pares.

tem a visão de que a travesti a mulher trans, ela tá na esquina e que ela só trabalha com prostituição, e a partir dessa concepção vem muito preconceito. E enfim, deveria ter um estudo desses sujeitos pensam a partir de nós que estamos oferecendo nossa mão de obra de trabalho, mas que mesmo assim tem todo esse preconceito (Isis, 2021).

Porque se tivesse mais oportunidade de emprego, menos meninas estariam se sacrificando numa rua, é um ponto que não é falado mas deveria ser (Ayla, 2021).

A perspectiva de que as mulheres trans e travestis sempre serão atravessadas pelo estigma da exploração sexual e vulnerabilidade, para além do trabalho sexual em si que abarca dinâmicas diversas, pois o que se observa é a tentativa de categorizar esses corpos, como já explorado anteriormente no tópico 4.2.2. Não é um assunto novo, nem tampouco desconhecido das discussões acadêmicas, no entanto pode estar esquecido dentro das salas de reuniões das empresas, nos treinamentos e seleções oferecidos nos trabalhos formais, no olhar do psicólogo clínico que recebe uma pessoa trans em seu consultório, e até mesmo nos ambulatórios transexualizadores. É preciso desmontar a imagem da travesti vulnerável e reconstruí-la com toda sua potência de vida e todas as suas texturas.

Para as empresas e profissionais a frente dos setores de desenvolvimento humano transmite-se a seguinte mensagem:

precisa de uma reformulação do recrutamento de pessoas [...] o local já estar preparado facilita muito e deixa você aliviado para participar do processo seletivo (Lucius, 2021).

eu não vejo uma dedicação das empresas em incluir pessoas trans, pelo menos informar situações que tenham pessoas trans, falam sobre racismo, homofobia, mas fica em falta a questão do suporte trans [...] não só passar por cima do assunto, mas aprofundar, para entenderem que são pessoas, precisa ser falado para poder ser entendido (Ayla, 2021).

Mais do que aderir a campanhas de diversidade que provocam rentabilidade para os estabelecimentos de emprego formal, é preciso pormenorizar as ações dentro deles. Os profissionais desde a análise dos currículos aos programas de treinamento e desenvolvimento precisam estar atentos ao seu compromisso ético ao receber as pessoas, não só as pessoas trans, pois na verdade são consideradas minorias nesses espaços, porém todos os agentes envolvidos em um contexto de trabalho.

Contratar pessoas trans, mas não dar a elas condições para expressarem sua identidade não contribui para o seu crescimento, dizer que não se importa não é a atitude mais responsável, na realidade é preciso considerar a presença delas nas organizações, a fim de

promover ações coletivas, mudanças de hábitos, desmistificar o assunto e promover a verdadeira inclusão, e não somente a inserção sem contexto.

Precisa de uma mudança muito forte na sociedade e o mercado de trabalho seria só uma consequência [...] espero que possa trabalhar no que sonha, no que gosta, as empresas estejam mais preparadas para receber as pessoas, e que analise as suas atribuições, e não o que ela representa na sociedade e os preconceitos ligados a ela, pessoas que tenham as mesmas chances e oportunidades (Lucius, 2021).

Ainda que pareça utópica, a fala acima revela aquilo que move esta pesquisa, o desejo de que haja um futuro melhor, com mais oportunidades, respeito e possibilidades de grandes sonhos e aspirações profissionais, ver com mais frequência pessoas trans diretoras, CEO, gerentes e realizadas profissionalmente cada uma ao seu modo.

5.7 Reflexões acerca do percurso

Em relação ao método de construção do presente estudo, destaca-se que ao realizar as entrevistas houveram momentos que transcenderam a coleta de dados e favoreceram um importante espaço de escuta diante das inúmeras particularidades que cada sujeito traz em sua fala e em sua postura. Percebeu-se que perguntar sobre trabalho, não é perguntar sobre processos organizacionais, é acessar um longo e árduo processo de construção de uma identidade por meio dele ou na sua ausência. Esse processo, que parece denso em sua composição, é ao mesmo tempo frágil em suas delimitações, sendo assim, as respostas analisadas respondem a mais de uma pergunta da entrevista simultaneamente, não havendo como fazer cisões entre o que responde cada objetivo da pesquisa.

A partir dessa afirmação, constata-se que a produção desta pesquisa assemelhou-se a um tear, onde fio a fio uniu-se conceitos e relatos, a medida em que estavam disponíveis no tempo e espaços limitados da pesquisadora.

As discussões acima arriscam-se enquanto um tecido ora com fios bem unidos, ora com lacunas entre os assuntos debatidos. Esses espaços e ausências também são componentes importantes da pesquisa, pois falam do que não está presente no processo de inserção no trabalho, que também é percebido e analisado. Além disso, através dessas lacunas mais conhecimento científico poderá ser produzido.

Registrou-se nesta teia que o trabalho é diverso em seus significados, que por sua vez são produzidos em paralelo a dinâmicas de acesso a outros direitos como a educação e a liberdade. Observa-se que o trabalho formal nem sempre será a fonte mais segura de direitos para as pessoas trans, e que a informalidade funciona muitas vezes como sustentáculo para desenvolvimento pessoal e profissional.

Destaca-se a retificação de documentos como estratégia para acesso ao trabalho de forma menos desconfortável, no entanto, percebe-se que mesmo com a desjudicialização deste processo, ocorrem incoerências entre a retificação de documentos e o reconhecimento legítimo da cidadania trans. Deste modo, vê-se de forma crítica como um instrumento de regulamentação desses corpos a partir do próprio Estado que não disponibiliza os meios necessários para esse reconhecimento.

No caminho para reconhecer as identidades trans em sua completude, deve-se combater a noção equivocada de uma condição de vida supostamente vulnerável por "natureza". As transexualidades resistem à rigidez do binarismo de gênero, por este motivo, têm sua cidadania contestada em razão dessa ordem que mais favorece determinados sujeitos em detrimento de outros e alimenta condições de desigualdade e falta de acesso ao trabalho.

A partir disso, aponta-se para uma outra categoria de análise, a passabilidade. Nas discussões percebe-se como aspecto determinante para o acesso ao trabalho e as suas formas de reconhecimento, Contudo pode ser um movimento compulsório para algumas pessoas trans, considerando as exigências sociais para passar pelo seu gênero. Isto tensiona as diversas expressões das transexualidades, visto que nem todas pessoas trans realizaram procedimentos estéticos, hormonais ou cirúrgicos, seja por não desejarem ou por não terem acesso.

Em relação às redes de apoio às pessoas trans nos seus percursos de trabalho, na usca e no crescimento profissional, observa-se que a interação entre os pares é a principal forma de constituir bases de apoio, inclusive através do engajamento em coletivos. Outrossim, o acesso ao atendimento psicológico adequado também é visto como importante suporte para as pessoas trans em suas trajetórias.

Alerta-se para o cuidado de não individualizar a questão do acesso ao trabalho, pois ao passo que a autonomia das pessoas trans deve ser respeitada, também é preciso dar-lhes condições para que enfrentem os contextos e exclusão, quando não for possível impedi-las. Deste modo, é preciso repensar as instituições que podem favorecer ou não a inclusão de pessoas trans através de suas estruturas de funcionamento e regulação.

Em consonância com os interlocutores, entende-se o contexto de crise que têm afetado milhões de brasileiros, e em maior intensidade as minorias sociais, no entanto espera-se que no futuro haja mais respeito e que as pessoas trans sejam reconhecidas pelas suas potencialidades, ocupando espaços considerados privilegiados e impulsionando mais pessoas a também estarem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se o trabalho de pesquisa verificou-se a partir da literatura existente e da percepção individual da pesquisadora em seu meio, que a vivência de uma pessoa trans é atravessada por registros sociais, geográficos e econômicos, que podem ser decisivos para a garantia de acesso aos seus direitos, bem como a igualdade de oportunidades. Se os diversos contextos sociais, como a escola e a família não oferecem suporte a pessoa trans, é evidente que essa realidade contribuirá profundamente com as dificuldades para inserção profissional. A partir disso considerou-se relevante estudar a relação entre as transexualidades e o acesso, ou a falta dele, ao trabalho e quais implicações particulares e coletivas surgem dessa relação.

Na tentativa de compreender essa conexão, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como se dão experiências de trabalho para pessoas trans a partir dos processos de inclusão/exclusão. Identifica-se que esse objetivo foi atendido à medida que o estudo alcançou consideráveis discussões baseadas nas narrativas dos interlocutores, marcadas por experiências relevantes para a compreensão dessa relação.

Outrossim, a pesquisa buscou descrever experiências de trabalho de pessoas trans no cenário de Fortaleza/CE, atendeu-se a este objetivo a partir do contato do estudo com 4 interlocutores presentes no contexto de trabalho de Fortaleza/CE. Observou-se nos relatos detalhamentos próprios ao local determinado, como a descrição de locais de trabalho e itinerários em comum na cidade.

Para compreender os processos de inclusão e/ou exclusão no trabalho e os atravessamentos nos modos de vida das pessoas trans remeteu-se a literatura disponível acerca do ciclo de exclusões ao qual pessoas trans são expostas em nossa sociedade, no âmbito familiar, escolar, laboral e institucional, e articulou-se aos relatos, que embora diversos, apontaram pontos em comum relacionados ao processo de retificação de documentos, de tornar-se ou não passável, ao enfrentamento ao estigma da prostituição como único meio de trabalho, e o despreparo da sociedade para receber as transexualidades nas organizações.

Ainda no que concerne aos objetivos específicos do presente estudo, para apontar estratégias e expectativas concebidas pelas pessoas trans em suas vivências relacionadas ao trabalho, lançou-se aos interlocutores em formato de pergunta como percebiam em suas histórias de vida as estratégias utilizadas para sua inserção no trabalho, e quais aspectos favoráveis para isso. Como visto nas discussões, o fortalecimento se pauta nas redes de apoio

entre as pessoas trans e no esforço individual para atingir as metas profissionais, ainda que em condições desiguais.

A pesquisa partiu da hipótese de que, existem diversos atravessamentos anteriores e exteriores ao acesso ao trabalho que o possibilitam ou não às pessoas trans, durante o percurso metodológico confirmou-se que para transformar a realidade social que configura a exclusão das pessoas trans do mundo do trabalho é necessário agir em conjunto: academia, políticas públicas (Estado), práticas de gestão organizacionais e articulações político-sociais que objetivem enfrentar a discriminação contra os grupos vulnerabilizados, proporcionando um melhor acesso a educação e ao mercado de trabalho.

Observou-se que a pesquisa reuniu conteúdos relevantes para a análise da relação entre o trabalho e a vivências das pessoas trans, tendo êxito na investigação das experiências relatadas. No entanto, por considerar um recorte específico, compreende-se que não é suficiente para responder por uma maioria das experiências de trabalhadores trans.

Realizar pesquisa qualitativa envolve a compreensão de que o que é analisado parte do ponto de vista do pesquisador, e desconstrói-se a noção de um suposta neutralidade, mantendo a legitimidade dos estudos. Acerca do presente estudo considera-se o olhar limitado da pesquisadora enquanto mulher cisgênera que perpassa circunstâncias incompatíveis com a realidade da vivência das transexualidades. Esse olhar por vezes pode ter ocultado ou empregado de forma incorreta as informações alcançadas, mesmo que de forma indireta. Ao passo que o olhar-cis da pesquisadora tem limitações, também foi fonte significativa de preocupações éticas e sustentou as discussões em torno da análise do discurso (AD) que compreende de que local parte o analisador e como isso afeta as análises.

A ausência de literaturas específicas sobre essa relação com o trabalho e a dificuldade de acessar textos de referência devido às limitações financeiras da pesquisa, contribuíram para limitar algumas discussões. Bem como o tempo abreviado para realizá-la sob condições adversas, dado o cenário de adoecimento da pandemia, que envolveu perdas e exigiu adaptações particulares à pesquisadora.

A presente pesquisa propõe ampliar a investigação das relações com o trabalho, indaga-se acerca da possibilidade de entrevistar empregadores, para isso ainda é preciso delimitar quem seria ouvido, sabe-se que empresas e profissionais podem ter valores diferentes em contextos diferentes e tudo isso importa em uma análise futura.

Para além das considerações acima, ressalta-se a importância de levar o debate sobre a inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho no processo de formação de profissionais de psicologia, pois estes têm de identificar padrões excludentes no dia a dia de sua atuação nos espaços institucionais e buscar contribuir para a acolhida, desenvolvimento e permanência das pessoas trans no trabalho. Recomenda-se repensar o lugar das pessoas trans para a psicologia.

REFERÊNCIAS

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Nota da antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans**. Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 10 mai. 2021

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **BOLETIM Nº 002-2021**. Benevides, Bruna G.; Nogueira, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 10 maio 2021.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000015>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 457, de 19 de agosto de 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html.

BUTLER, Judith. Vida precária, vida passível de luto. Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p.13-55.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2006, v. 15, n. 4, pp. 679-684. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>. Acesso em 24 nov. 2021.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; MAIO, Eliane Rose. Apagamentos de corpos: educação, corpo-enunciado e resistências. **Educação e Pesquisa** [online]. 2021, v. 47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226976>. Acesso em: 8 out. 2021.

CEP/UFAM, Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/Universidade Federal do Amazonas. **Pesquisas on-line**. Disponível em: <https://www.cep.ufam.edu.br/pesquisas-on-line.html>. Acesso em: 10 maio 2021

CIDADE 190. EXCLUSIVO: travestis com medo da morte revelam o perigo da profissão. Youtube, 2 de set. de 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Ke6UPYvvoaVA>. Acesso em: 13 out. 2021.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA, **Carta Circular nº 1/2021**, 3 mar. 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/normativas-conep?view=default>. Acesso em: 22 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2014. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP no 1, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2014. Disponível em:
https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

DANTAS, J. B.; SA, R. N.; CARRETEIRO, T. C.O. C. A patologização da angústia no mundo contemporâneo. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 1 -9, ago. 2009.

DUQUE, T. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, [S. l.], v. 25, n. 3, 2020. DOI: 10.5216/hr.v25i3.66509. Disponível em:
<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/66509>. Acesso em: 1 out. 2021.

FERREIRA, Maria Aparecida Chagas. O discurso de meritocracia aplicado às políticas públicas de igualdade racial. **DIÁLOGO**, Canoas, n. 47, p. 01-12, set. 2021 | ISSN 2238-9024. Disponível em:
<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/7039/pdf>. Acesso em 1 nov. 2021.

FILHO, Fernando Silva Teixeira. Homofobia e sua relação com as práticas “psi”. **Psicologia e diversidade sexual**. Conselho regional de psicologia da 6ª região (org). São Paulo: CRPSP, 2011. p. 41 -57. (Caderno Temático 11). Bibliografia ISBN: 978-85-60405-16-9.

FILIPIACK, Isadora Cechin; GASPODINI, Icaro Bonamigo. Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil. **Perspectivas Em Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 40 - 56, 2020. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/52211>. Acesso em: 10 maio 2021

FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTI+. **10 compromissos**. [online], 2013. Disponível em: <https://www.forumempresaslgbt.com/10-compromissos>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autora, 2012. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>. Acesso em: 12 abr. 2021.

JULIANI, Rafael Paulino; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo: trajetórias de pessoas LGBTs. **Cad. psicol. soc. trab.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 65-78, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2021.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade** [online]. 2014, v. 17, n. 3, pp. 135-154. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 12 abr. 2021.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. Tradução de Fernanda Spanier Amador. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, p. 483-492, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/vQWnZ39cZTfCWFLnNF5Lzes/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MACEDO, Laura Christina; LARROCA, Liliana Müller, CHAVES, Maria Marta Nolasco; MAZZA, Verônica de Azevedo. Análise do discurso: uma reflexão para pesquisa em saúde. **Interface Comunic Saúde Educ.** 2008; 12(26): 649-57. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/4vm8ycTGFRQzzTZM6dFqZCz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2021.

MAIA, Gabriela Felten da. Meu corpo foi reconhecido pelo Estado?: As controvérsias em torno da desjudicialização do direito à identidade. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.76-93, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/14594>. Acesso em: 10 out. 2021.

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu** [online]. 2005, n. 25, pp. 217-248. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 25, n. 5 2020, p. 1723-1734. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>. Acesso em: 12 maio 2021.

SOUZA, Heloisa Aparecida de et al. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 175-188, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172020000200005&lng

=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 5 maio 2021. LAKATOS - MARCONI - FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTIFICA.pdf

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como você compreende o mercado de trabalho para as pessoas transexuais?
2. Qual o significado do trabalho na sua vivência?
3. Quando começou a trabalhar? Como foi o processo?
4. Existe alguma rede de apoio no processo de inclusão e permanência no trabalho?
5. Há alguma experiência relacionada ao trabalho que foi marcante?
6. Quais estratégias para inclusão no trabalho são percebidas por você?
7. Com base na sua experiência pessoal e profissional, descreva um aspecto desfavorável para a sua inserção no trabalho.
8. Com base na sua experiência pessoal e profissional, descreva um aspecto favorável para a sua inserção no trabalho.
9. Quais suas expectativas para o futuro no trabalho?
10. Você tem alguma consideração acerca do tema que não foi abordado na entrevista?
11. Idade; Gênero; Escolaridade;

APÊNDICE B - CONVITE

Bom dia,

Me chamo Sarah Gomes de Sousa, estou cursando o 10º semestre de Psicologia pelo Centro Universitário Unifametro, e como requisito para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, estou realizando uma pesquisa com o título “As experiências de pessoas transgêneras e transexuais a partir das suas relações com o mercado de trabalho” tendo como orientadora e pesquisadora principal a professora Lorena Brito da Silva.

Após o recebimento da indicação de seu contato é com imenso prazer que a convido a participar de uma entrevista online acerca de dificuldades ou potencialidades percebidas em suas vivências no trabalho e a descrição de eventos ou experiências relacionadas ao tema.

Pedimos, por gentileza, a indicação do contato de pelo menos uma pessoa trans, que trabalhe e/ou seja residente da cidade de Fortaleza-CE e que atualmente está ou já esteve empregada.

Seguem informações importantes sobre a entrevista: Data e horário, link para acesso a chamada no Google Meet, link para acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

1. Data: XX de Novembro de 2021, Quarta-feira, às 17:30
2. Link de acesso remoto: <https://meet.google.com/rao-bbh-z-gbw>
3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE: <https://forms.gle/DW3wh97H39PNQk316>

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

22/09/2021 23:38

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convido você a participar de um estudo denominado AS EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANSGÊNERAS E TRANSEXUAIS A PARTIR DAS SUAS RELAÇÕES COM O MERCADO DE TRABALHO.

Trata-se de um estudo realizado com o propósito de analisar as experiências de pessoas transgêneras e transexuais a partir das suas relações com o mercado de trabalho, descrever as experiências de trabalho para as pessoas trans, compreender a percepção de trabalhadores trans sobre o processo de inclusão e/ou exclusão no trabalho e os atravessamentos nos modos de vida das pessoas trans e apontar estratégias e expectativas concebidas pelas pessoas trans em suas vivências relacionadas ao trabalho.

Sua participação será relativa à etapa de coleta de dados da pesquisa, através de entrevista semi-estruturada de forma REMOTA, através de vídeo chamada pelo aplicativo Google Meet, com gravação de áudio, para fins de transcrição e sistematização dos dados coletados. Obedecendo às medidas sanitárias e decretos estaduais em vigência para enfrentamento da pandemia de COVID-19. A entrevista deverá abranger de modo geral: como avalia dificuldades ou potencialidades em suas vivências no trabalho, e a descrição de eventos ou experiências pessoais e profissionais relacionadas ao tema.

A realização da pesquisa poderá contribuir para a ampliação da discussão acadêmica e profissional sobre identidades de gênero a partir de relatos e concepções das próprias pessoas transgêneras e transexuais sobre suas relações com o trabalho, desta forma, também poderá favorecer a formação de profissionais que reproduzam práticas de cuidado baseadas em uma compreensão crítica dos diferentes aspectos que integram uma vivência trans no Brasil.

A pesquisa também pode apresentar riscos e desconfortos, considerando o item 1.2.1. do Ofício Circular nº 1/2021/CONEP que discorre sobre "Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual", destaca-se que poderão ocorrer riscos característicos do modelo remoto, como dificuldades de acesso às ferramentas, queda de energia ou internet, que poderão comprometer o andamento das entrevistas, no entanto estes riscos não deverão comprometer a confidencialidade da sua participação. Além disso, poderá ocorrer incômodo ou sensibilização com relação à temática. No entanto, orienta-se que no momento da entrevista o participante esteja em um local confortável e com privacidade. Se necessário haverá orientação acerca da possibilidade de acesso aos serviços de saúde gratuitos ofertados à comunidade pela Clínica Integrada Unifametro.



Sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou



elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, serão mantidos em sigilo. Os dados coletados, bem como o arquivo de áudio, serão guardados sob responsabilidade da pesquisadora em dispositivo eletrônico local, como pendrive ou cartão de memória, e logo após excluídos das ferramentas online, de forma que nenhum dado mantenha-se em qualquer plataforma virtual ou ambiente compartilhado, conforme itens 3.2 e 3.3 do Ofício Circular nº 1/2021/CONEP.

Você pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar se justificar, e, se desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é: Sarah Gomes de Sousa; (85) 99766-1831; sarah.sousa@unifametro.edu.br.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois de sua participação.

Enfim, tendo sido orientado (a/e) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do estudo, solicito seu livre consentimento em participar da entrevista e a gravação do áudio da referida, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

Em caso de dúvida, reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unifametro no telefone (85) 3206-6417, presencialmente no endereço Rua Conselheiro Estelita, nº 500 de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 16h ou por envio de e-mail ao endereço cep@unifametro.edu.br.

Importante: Você receberá uma cópia deste termo assinado eletronicamente por e-mail e uma via será arquivada pelo pesquisador. Orienta-se que arquive sua via do documento eletrônico.

sarahgomes966@gmail.com [Alternar conta](#)



***Obrigatório**

E-mail *

Seu e-mail



*

Declaro que após esclarecido e tendo entendido o que me foi explicado, concordo em participar do estudo.

Uma cópia da sua resposta será enviada para o endereço de e-mail fornecido.

Enviar

[Limpar formulário](#)

reCAPTCHA
[Privacidade](#)[Termos](#)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

